

Diário do Legislativo de 25/06/2005

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 47ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - 33ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Comemoração do 3º Aniversário da Revista "Encontro"

1.3 - 27ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.4 - 28ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.5 - 29ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.6 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

ATAS

ATA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 23/6/2005

Presidência do Deputado Rêmoló Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios e cartão - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Resolução nº 2.436/2005 - Projetos de Lei nºs 2.437 a 2.444/2005 - Requerimentos nºs 5.010 a 5.016/2005 - Requerimentos da Comissão de Meio Ambiente e dos Deputados Paulo Piau e outros, Antônio Andrade e outros, e Gil Pereira e outros (2) - Comunicações: Comunicações dos Deputados Doutor Ronaldo e Elmiro Nascimento (2) - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Laudelino Augusto e Durval Ângelo, das Deputadas Jô Moraes e Ana Maria Resende e do Deputado Irani Barbosa - Questão de ordem - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Despacho de Requerimentos: Requerimentos da Comissão de Meio Ambiente e dos Deputados Gil Pereira e outros (2), Antônio Andrade e outros, e Paulo Piau e outros; deferimento - Questões de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmolo Aloise - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Gomes - Célio Moreira - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Durval Ângelo - Edson Rezende - Elisa Costa - Ermano Batista - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jésus Lima - Jô Moraes - João Bittar - João Leite - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Cesar - Paulo Piau - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Helvécio - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmolo Aloise) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Elmiro Nascimento, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Antônio Andrade, 1º-Secretário, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Severino Cavalcanti, Presidente da Câmara dos Deputados, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.177/2005, do Deputado Gil Pereira.

Do Sr. Ronaldo Caiado, Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, encaminhando cópia do parecer sobre o Projeto de Lei nº 4.514/2004, aprovado por essa Comissão. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Do Sr. Christian Perillier Schneider, Assessor Especial do Ministro da Saúde, prestando informações relativas a requerimento da Comissão de Meio Ambiente encaminhado pelo Ofício nº 942/2005/SGM.

CARTÃO

Da Sra. Marília Amaral Lunkes, agradecendo manifestação de pesar pelo falecimento do Sr. Canísio Ignácio Lunkes, encaminhada pelo Deputado Dalmo Ribeiro Silva, por meio do Ofício nº 1.207/2005/SGM.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE RESOLUÇÃO nº 2.436/2005

Ratifica o Regime Especial de Tributação nº 12/2005, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 12/2005 à empresa BRA Transportes Aéreos Ltda., após ser submetido à apreciação desta Casa, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de junho de 2005.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

PROJETO DE LEI Nº 2.437/2005

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Escolar de Pais e Professores da Região Sudeste, com sede no Município de Divinópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Escolar de Pais e Professores da Região Sudeste, com sede no Município de Divinópolis.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 23 de junho de 2005.

Domingos Sávio

Justificação: A Associação Comunitária Escolar de Pais e Professores da Região Sudeste, com sede no Município de Divinópolis, é uma entidade civil sem fins lucrativos, que tem como finalidade unir os pais da Região Sudeste em torno da entidade, com representatividade de seus interesses comuns no que diz respeito à educação infantil e a seus filhos; representar a comunidade escolar junto aos governos Federal, Estadual e Municipal, e junto às demais entidades públicas e privadas; apoiar todas as iniciativas dos pais com vista à promoção de seus filhos, buscando a socialização dos mesmos e o atendimento à assistência social e ao lazer; buscar, junto à comunidade, em parceria com as instituições governamentais, propiciar às crianças o seu direito fundamental de atendimento à primeira etapa de educação básica e criar mecanismos para propiciar a educação infantil em creches e no pré-escolar às crianças da região.

Ademais, está em pleno funcionamento há mais de um ano e sua diretoria é composta por pessoas idôneas e não remuneradas pelo exercício de suas funções. Visto que a entidade desenvolve um trabalho social, torna-se justa a sua declaração de utilidade pública estadual.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.438/2005

Declara de utilidade pública a ACD - Associação de Combate a Drogas do Centro-Oeste de Minas, com sede no Município de Divinópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a ACD - Associação de Combate a Drogas do Centro-Oeste de Minas, com sede no Município de Divinópolis.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 23 de junho de 2005.

Domingos Sávio

Justificação: A ACD - Associação de Combate a Drogas do Centro-Oeste de Minas, com sede no Município de Divinópolis, é uma entidade civil sem fins lucrativos. Tem como finalidade precípua promover, por meio da informação e orientação, o combate à doença da dependência química, bem como viabilizar caminhos para recuperação, bem-estar e reintegração social dos doentes dependentes residentes em Divinópolis, em outras cidades do Centro-Oeste mineiro ou em quaisquer outras cidades localizadas no território nacional.

Ademais, está em pleno funcionamento há mais de um ano, e sua diretoria é composta por pessoas idôneas e não remuneradas pelo exercício de suas funções. Visto que a entidade desenvolve um trabalho social, torna-se justa a sua declaração de utilidade pública estadual.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação dessa proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.439/2005

Declara de utilidade pública o América Futebol Clube, com sede no Município de Sete Lagoas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o América Futebol Clube, com sede no Município de Sete Lagoas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 23 de junho de 2005.

Doutor Ronaldo

Justificação: O América Futebol Clube, do Município de Sete Lagoas, iniciou suas atividades em 26/4/34 e não remunera os cargos da diretoria, como vem expresso em seu estatuto (arts. 1º, § 2º, e 74) e como atestam o Juiz de Direito e o Conselho Municipal de Assistência Social. A autoridade judiciária também atesta a idoneidade de seus Diretores e seu funcionamento regular há mais de um ano.

O serviço que presta à comunidade é comprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social, que afirma expressamente, no documento anexo, que o Clube destina "80% dos recursos ao atendimento beneficente e gratuito de suas finalidades estatutárias".

A entidade adquiriu personalidade jurídica e desenvolve projetos de "atendimento às crianças, adolescentes e jovens, na faixa etária de 4 a 18 anos", como prevê o estatuto (art. 1º, § 3º).

Assim, por cumprir os requisitos do art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, a entidade pleiteia o reconhecimento de utilidade pública estadual, e peço o apoio de meus pares para essa justa pretensão.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.440/2005

Declara de utilidade pública a Sociedade Assistencial Espírita Recanto da Paz - Serpaz -, com sede no Município de Patos de Minas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Assistencial Espírita Recanto da Paz - Serpaz -, com sede no Município de Patos de Minas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de junho de 2005.

Elmiro Nascimento

Justificação: A Sociedade Assistencial Espírita "Recanto da Paz" - Serpaz -, com sede em Patos de Minas, é uma entidade civil sem fins lucrativos e de duração indeterminada. Destacam-se entre as principais finalidades da entidade o estudo, a prática e a difusão do espiritismo, segundo Allan Kardec, a proteção a saúde, a família, a gestante, a infância e a idosos; o combate à fome e à pobreza, com distribuição de cestas básicas, entre outras providências.

A referida entidade foi fundada em 9/5/2000, e sua diretoria é constituída por pessoas de reconhecida idoneidade, que desenvolvem atividades voluntárias.

Considerando-se a importância dos serviços assistenciais prestados pela Sociedade Assistencial Espírita Recanto da Paz - Serpaz -, espero contar com o apoio dos ilustres Deputados à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 2.441/2005

Institui a Comenda de Luta contra as Drogas Professor Elias Murad.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituída a Comenda de Luta contra as Drogas Professor Elias Murad.

Art. 2º - A Comenda de Luta contra as Drogas Professor Elias Murad se destina a homenagear pessoas físicas e jurídicas que se tenham destacado na promoção da luta contra as drogas, por meio de atividades relacionadas com:

I - o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas ligadas à luta contra as drogas;

II - campanhas, movimentos e projetos em favor da saúde e contra as drogas;

III - trabalhos e projetos que combatam o uso de drogas e que promovam a geração de emprego e renda;

IV - políticas e projetos voltados para o desenvolvimento da educação;

V - ações e campanhas em favor do fortalecimento da família;

VI - ações em favor da promoção da dignidade humana.

Art. 3º - A Comenda de Luta contra as Drogas Professor Elias Murad será administrada por um Comitê Permanente, constituído de representantes dos seguintes órgãos e instituições, indicados por seus titulares e nomeados pelo Governador do Estado:

I - Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais;

II - Secretaria de Estado de Saúde;

III - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes, por meio da Subsecretaria Antidrogas;

IV - Secretaria de Estado de Defesa Social;

V - Conselho Estadual Antidrogas;

VI - Conselho Estadual de Educação.

§ 1º - O Comitê Permanente elegerá anualmente, entre seus membros, o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário Executivo da Comenda.

§ 2º - O Presidente do Comitê representará social e juridicamente a Comenda.

Art. 4º - Compete, privativamente, ao Comitê Permanente da Comenda de Luta contra as Drogas Professor Elias Murad:

I - propor, em caráter sigiloso, a concessão da Comenda e deliberar sobre ela;

II - velar pelo prestígio da Comenda e pela fiel execução da lei e do regulamento a ela pertinentes;

III - propor medidas que se tornem necessárias ou indispensáveis ao bom desempenho de suas funções;

IV - administrar a Comenda no que se refere a seus objetivos;

V - elaborar o seu regimento interno;

VI - suspender ou cancelar o direito de uso da Comenda, em razão de ato incompatível com a sua dignidade, por deliberação da maioria de seus membros.

§ 1º - Para a concessão da Comenda de Luta contra as Drogas Professor Elias Murad, o Comitê Permanente deliberará por maioria absoluta de seus membros.

§ 2º - A relação dos agraciados será publicada por ato do Governador do Estado.

Art. 5º - A Comenda de Luta contra as Drogas Professor Elias Murad será concedida anualmente, em Belo Horizonte, em cerimônia a se realizar no dia 26 de junho, durante as comemorações do Dia Mundial Antidrogas.

§ 1º - Os agraciados receberão, das mãos do Governador do Estado, diploma e medalha, na forma do cerimonial estabelecido pelo Comitê Permanente.

§ 2º - Os diplomas terão as assinaturas:

I - do Governador do Estado;

II - do Presidente do Comitê;

III - do Vice-Presidente do Comitê;

IV - do Secretário Executivo do Comitê.

§ 3º - A concessão da Comenda em data diferente da estabelecida no "caput" deste artigo só poderá ser feita por motivo de força maior, a juízo do Comitê Permanente.

Art. 6º - O Comitê Permanente manterá livro de registro, em que serão inscritos, por ordem cronológica, os nomes dos agraciados com a Comenda, sua identificação e suas realizações.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 dias.

Parágrafo único - O decreto regulamentador desta lei definirá as especificações da medalha e do diploma, bem como as condições e particularidades de sua concessão.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 23 de junho de 2005.

Fahim Sawan

Justificação: Esta proposição se destina a homenagear e condecorar as personalidades e instituições que promovam a luta contra as drogas no Brasil.

A instituição da Comenda de Luta contra as Drogas Professor Elias Murad visa a distinguir os feitos relacionados com a luta contra as drogas e a melhoria da qualidade de vida dos dependentes. As ações no campo da educação e da segurança pública devem ser privilegiadas no que tange ao trabalho de conscientização da população e de repressão ao tráfico.

A Comenda de Luta contra as Drogas Professor Elias Murad tem por escopo prestar justa homenagem, em vida, à brilhante figura humana de José Elias Murad, pelo seu valioso pioneirismo e pela sua incansável batalha contra o uso de drogas em nossa sociedade.

José Elias Murad nasceu em 31/10/26 na cidade de Ribeirão Vermelho (Lavras) e, durante seus quase 80 anos, norteou sua vida à busca de respostas e propostas para tornar a sociedade livre das drogas. É farmacêutico, médico, químico, jornalista e membro de 25 associações de classe. Foi Deputado Federal por três legislaturas e atualmente é Vereador em Belo Horizonte, sempre usando seus conhecimentos e atributos na busca de uma solução para o terrível problema das drogas.

A Comenda que se propõe prestará reverência às pessoas que trabalham e contribuem para a prevenção e a repressão ao uso de drogas. A figura de Elias Murad emprestará à Comenda a credibilidade e a honradez desse homem público, que, com suas mais de 50 monografias e livros e mais de 600 artigos (publicados em jornais, revistas e informativos nacionais e estrangeiros), tem lutado incessantemente por uma sociedade livre das drogas.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Saúde para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.442/2005

Altera o art. 1º da Lei nº 12.615, de 23 de setembro de 1997, que estabelece a Semana Estadual de Prevenção às Drogas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O art. 1º da Lei nº 12.615, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica instituída a Semana Estadual de Prevenção às Drogas, a ser comemorada, anualmente, nos dias 19 a 26 de junho.

Parágrafo único - A programação a ser desenvolvida durante a semana comemorativa instituída por essa lei será definida pela Secretária de Desenvolvimento Social e Esportes, através da Subsecretaria Antidrogas".

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de junho de 2005.

Fahim Sawan

Justificação: Sabemos da importância da Semana Estadual de Prevenção às Drogas, pois promoverá a união de esforços de todas as esferas da Federação para promover amplas campanhas de prevenção e repressão ao tráfico de entorpecentes.

A organização das Nações Unidas instituiu o dia 26 de junho como o Dia Internacional contra o Abuso e o Tráfico Ilícito de Drogas. No Brasil, encontramos o Decreto Federal de 4/5/98, que institui o dia 26 de junho como Dia Nacional Antidrogas; e o Decreto Federal de 28/5/99, que cria a Semana Nacional Antidrogas, comemorada de 19 a 26 de junho.

Nossa legislação não está em conformidade com a data instituída pelas Organização das Nações Unidas, tampouco com a legislação federal.

Tendo conhecimento que a Subsecretaria de Estado Antidrogas adota o calendário federal, apresentamos esta proposição para adequar a legislação estadual à legislação federal, transferindo as comemorações da Semana Estadual Antidrogas para os dias 19 a 26 de junho.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Saúde para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.443/2005

Autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Felisburgo o imóvel que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer reverter ao Município de Felisburgo o imóvel constituído de um terreno urbano, com área de 1.800m² (hum mil e oitocentos metros quadrados), situado naquele Município, registrado sob o nº 1 na matrícula 5.095, fichas 3.079 do Livro 2-RG, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jequitinhonha.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de junho de 2005.

Márcio Kangussu

Justificação: O imóvel descrito no art. 1º deste projeto foi doado ao Estado para que ali se construísse um pátio de logística do Departamento de Estradas de Rodagens do Estado de Minas Gerais, tendo sido a escritura pública de doação levada a registro em 7/12/88.

Decorridos mais de 15 anos, a finalidade da doação jamais se efetivou, e, atualmente, ao imóvel em comento não é dada nenhuma destinação econômica. O Município enfrenta dificuldades, especialmente no que se refere aos gastos com aluguéis de imóveis para o funcionamento de órgãos da administração pública.

Considerando o tempo de posse passiva do terreno e os inúmeros problemas que podem ser resolvidos com a efetiva utilização do imóvel, havido por escritura de doação do Município ao Estado há mais de 15 anos, é justo acolher esta proposta, razão pela qual contamos com o apoio dos pares à sua aprovação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.444/2005

Declara de utilidade pública o Projeto GAM – Oficinas da Cidadania, com sede em Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública o Projeto GAM – Oficinas da Cidadania, com sede em Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de junho de 2005.

Roberto Carvalho

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 5.010/2005, do Deputado Carlos Pimenta, solicitando seja formulado apelo ao Coordenador Estadual da Defesa Civil com vistas a que seja feita inspeção na BR-135, no trecho entre o trevo da BR-040 e Montes Claros, e seja apresentado laudo para providências emergenciais. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 5.011/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, solicitando seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento do Sr. Corrado Roberti, ex-Vereador e ex-Prefeito do Município de Tocantins. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 5.012/2005, da Deputada Vanessa Lucas, solicitando seja formulada manifestação de aplauso ao Leiloeiro Oficial da Casa Leiloeira Adegenor Moreira pelos 45 anos dessa instituição. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 5.013/2005, da Deputada Vanessa Lucas, solicitando seja formulada manifestação de aplauso à diretoria da Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais por sua posse para o período de 2005 a 2008. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 5.014/2005, da Deputada Vanessa Lucas, solicitando seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. Júlio César de Moura Bernardo, Presidente da Câmara Municipal de Ressaquinha, pela realização da 5ª Exposição Agropecuária desse Município. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 5.015/2005, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, pleiteando sejam solicitadas ao Secretário de Obras Públicas informações sobre o asfaltamento e a recuperação das estradas do Sul de Minas, aprovadas no Programa Pró-Acesso, em especial das do Município de Marmelópolis.

Nº 5.016/2005, da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, pleiteando seja solicitada ao Presidente da Feam cópia dos pareceres técnicos elaborados por esse órgão relativos ao aterro sanitário do Município de Governador Valadares. (- Distribuídos à Mesa da Assembléia.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos da Comissão de Meio Ambiente e dos Deputados Paulo Piau e outros, Antônio Andrade e outros, e Gil Pereira e outros (2).

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações dos Deputados Doutor Ronaldo e Elmiro Nascimento (2).

Oradores Inscritos

- Os Deputados Laudelino Augusto e Durval Ângelo, as Deputadas Jô Moraes e Ana Maria Resende e o Deputado Irani Barbosa proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Questão de Ordem

O Deputado Antônio Genaro - Sr. Presidente, o senhor já assistiu ao filme "O Último dos Moicanos"? Durante quase 20 anos, nunca vi faltar um Deputado do PT aqui. Quando o Deputado Irani Barbosa começou o seu pronunciamento, a última das moicanas saiu. Eu disse-lhe: "Fique aí para ouvir".

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Despacho de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente, solicitando a retirada de tramitação do Requerimento nº 4.905/2005. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, e torna sem efeito despacho apostado ao requerimento de idêntico teor do Deputado Laudelino Augusto. Arquivem-se os requerimentos.

- A seguir, o Sr. Presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos dos Deputados Gil Pereira e outros (2), solicitando a convocação de reunião especial para homenagear a Unimontes pelo transcurso dos 15 anos do seu reconhecimento oficial e para homenagear a Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira; Antônio Andrade e outros, solicitando a convocação de reunião especial para homenagear o Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares - CEPPPO - ; e Paulo Piau e outros, solicitando a convocação de reunião especial para comemorar os 70 anos da Fundação Logosófica.

Questões de Ordem

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, incluindo os que estão trabalhando em seus gabinetes - sei que há muitos trabalhos importantes sendo realizados nos gabinetes. Às vezes, pelo conteúdo das palavras e das discussões travadas aqui, é melhor ficar trabalhando nos gabinetes que ficar ouvindo acusações ou afirmações absolutamente fora do contexto de uma sociedade minimamente civilizada. Não quero tratar da relação respeitosa entre nós, uma relação corporativa. Em determinados momentos da história deste país e deste Estado, a forma com que participamos ou fazemos intervenções não ajuda na superação das crises, das dificuldades e dos desafios que precisamos enfrentar.

Há muito tempo tenho me recusado a participar de debates aqui, considerando a forma como são realizados.

Nesta oportunidade, de modo especial, respondo ao Deputado Irani Barbosa, que tem promovido discursos indignados e cheios de adjetivos, os mais desqualificantes possíveis, como se isso fosse uma grande coisa. Age dessa maneira como se fosse a vestal da moralidade, da correção e dos bons exemplos, um parlamentar exemplar, que pudesse falar aqui como falou; aliás, mentindo para o povo mineiro. Isso é grave e sério. Não podemos brincar com as palavras nem ofender o povo. V. Exa. ofendeu o povo de Minas Gerais com as suas palavras, que não ajudam em nada.

A situação do Congresso Nacional e do governo federal é de crise. É necessário fazer correções importantes. Há graves acusações que precisam ser apuradas e responsáveis que precisam ser identificados. Acredito ainda mais. Neste país, muito coisa que se faz no serviço público e com recursos públicos não é do conhecimento do povo. A cada momento que as verdades são reveladas a perplexidade da sociedade avança e cresce. Por isso insisto muito nisso.

Os Deputados Rêmoló Aloise e Mauri Torres, os Deputados que comigo compuseram a Mesa, os que caminham comigo, os que conversam comigo sabem disso. Nesta Casa, há muitos bons Deputados, com quem vale a pena conversar, que sabem da minha preocupação e insistência para avançarmos na linha da transparência. Aliás, hoje conversei com o Presidente sobre isso. Estou convencido de que o fator mais importante para vencer esses desafios, que todos os dias se revelam e nos colocam diante dessa realidade dramática e trágica, é a transparência. Quer dizer, revelar os nossos atos, os gastos, os investimentos públicos e as licitações. Sempre que escutamos os depoimentos e ouvimos os técnicos, aumenta o nosso conhecimento. Sabemos das técnicas sofisticadas e da maneira esperta com que o sistema permite a muitos sustentarem os seus interesses.

Desminto o Deputado Irani Barbosa. Lamentavelmente, V. Exa. mentiu aqui. O mais grave é que a sua mentira atinge as pessoas e as manipula, fazendo com que fiquem incrédulas e desencantadas com a realidade política. Reafirmo que aqui há muitas pessoas dignas, corretas e sérias trabalhando por este país. A imensa maioria dos Deputados é de pessoas corretas, dedicadas e sérias. Por isso insisto tantas vezes que façamos desta Casa um espaço de transparência. Esta Casa, que tem poder, deve cobrar dos que também o possuem que atuem com transparência em tudo, nos salários, nas licitações, nos gastos e nos investimentos. O Deputado Irani Barbosa, que tem falado muito - fala fácil, solta (...). Talvez ele não saiba ler, mas, se soubesse, não falaria aqui o que falou sobre a faixa que está em frente à Assembléia.

O que estou pedindo é correção salarial já, a tabela. Isso é o que todos estamos pedindo e o que queremos, ou seja, uma tabela que conclua o plano de cargos e salários. Não é só eu que quero. Estou dizendo isso aqui, mas sei que a imensa maioria quer uma tabela justa, que conclua uma luta que é de muito tempo.

O Deputado Irani Barbosa usou uma informação de forma incorreta - talvez não tenha sabido ler adequadamente o que está escrito na faixa -, para dizer que achatei salários dos servidores desta Casa, que fui um carrasco para os servidores deste Poder. Mentiu! Se eu, se nós tivéssemos poder, se a Mesa pudesse - não é, Deputado Rêmoló? -, teríamos feito mais do que fizemos.

Quando fui escolhido para compor a Mesa desta Casa solicitei uma lista com os salários pagos a todos os servidores deste Parlamento. Ela me chegou às mãos contendo um número significativo de salários que, no meu entendimento, estavam acima do razoável. Defendo isso aqui agora! Eram acima do razoável. Salários acima de R\$20.000,00, alguns acima de R\$30.000,00 e até próximo de R\$50.000,00! Manifestei publicamente, para todos os servidores, nesta Casa, que eu não concordava com esses valores salariais e que batalharia para reduzi-los. O que fiz, ao participar da Mesa, foi sempre analisar, mostrar, denunciar, ou pelo menos cobrar, que era preciso saber que razões permitem a um Parlamento, ou ao Executivo, ou ao poder público conferir aos seus servidores salários da ordem de R\$30.000,00, R\$40.000,00 ou quase R\$50.000,00. Achava e continuo achando que mereceria um estudo mais aprofundado, um diagnóstico dessa situação, a fim de se fazer as devidas correções. Há fundamento legal? Se a resposta for "sim", temos o dever moral, constitucional e político de mudar a lei que permite isso. Fizemos isso com nós mesmos, os Deputados, quando nossos salários transformaram-se num escândalo. Do modo que estava eram mesmo. Discutimos isso. Houve a mistura de salário com verba de representação, ficando tudo como se fosse salário. Fizemos correções importantes, significativas. Hoje há uma distinção clara de quanto ganha um parlamentar e de quanto ele pode gastar, prestando contas disso. Isso ficou claro. Houve, também, o aproveitamento daqueles métodos de correção dos salários dos parlamentares para, no meu entendimento, corrigir salários da ordem de R\$40.000,00 ou próximo de R\$50.000,00 dos servidores desta Casa. Gostaria, quero que se faça a correção.

Defendi aqui publicamente, defendo dentro do meu partido e junto à sociedade que precisamos estabelecer neste país relações salariais justas. Já tive a oportunidade de expressar aqui, nos meios de comunicação e em todos os lugares onde posso fazer uma manifestação, que é preciso, neste país, se quisermos avançar, estabelecer uma relação entre o que menos ganha e o que mais ganha, de tal forma que não chegue, como é a realidade do Brasil, a 100, 120, 150 vezes. Significa dizer que não é admissível que aquele que ganha salário mínimo tenha de trabalhar durante 12, 15 anos para receber o que outro ganha em um mês.

Esse é um fator de desagregação da sociedade, um fator de violência, de desestímulo para aqueles que trabalham, um fator que desagrega a

família e a própria sociedade. Precisamos nos debruçar sobre essa questão. Foi isso que defendi.

Nunca na Assembléia, na Mesa, perante os servidores públicos, como servidor público que fui e que sou, trabalhei para reduzir, massacrar, para que não houvesse reajustes salariais para os servidores dentro de faixas razoáveis. Se quiserem, mais uma vez digo, embora possa ser comparavelmente maior, que considero absolutamente insuficiente o salário mínimo que está em vigor. Temos de pensar numa relação em que o salário seja verdadeiramente o mínimo constitucional, aquele que dá condições ao trabalhador e a sua família de comer, morar, cuidar dos filhos e da saúde. Tenho falado sempre disso. Todos podem ser testemunhas, menos o Deputado Irani, que mentiu nesta tribuna. Ele não quer trabalhar com verdades. Todos são testemunhas da minha luta, da minha caminhada em todos os lugares. Entendo a necessidade de valorizar os servidores públicos, incluindo os desta Casa. Nunca me coloquei contra a melhoria dos salários, dignidade, a carreira dos servidores. O plano de carreira desta Casa tem minha contribuição. Pode não ser do jeito que as pessoas desejam, não é nem do jeito que eu gostaria, mas é o que acreditei ser razoável, de responsabilidade, de dever cívico e de dever perante os demais entes da nossa Federação. Batalhamos, discutindo com os servidores, para ter aqui um plano de carreira, de cargos e salários, que fosse razoável, que pudesse partir de um piso digno para aqueles que chegam aqui por concurso público, com competência e com o grande compromisso de nos dar consultoria, assessoria, de fazer esta Casa boa no que ela é boa e que possa, ao longo da sua vida, progredir, crescer e chegar a um valor. Nunca defendi que o valor fosse R\$20.000,00, R\$30.000,00 ou R\$50.000,00, mas que fosse um valor real, um teto estabelecido aqui sem muita discussão, mas que acolhemos, embora a contragosto. Quero dizer para todos os presentes e para todos os telespectadores da TV Assembléia que o que tenho defendido é que tenhamos neste país um teto único. Penso que o Congresso Nacional errou quando estabeleceu um teto para Juízes, um para o Executivo e um para o Legislativo. Tenho expressado essa minha posição. Por que um Juiz tem de ter um teto diferenciado em relação ao Poder Legislativo ou ao Executivo? Por que o Legislativo tem de ter um teto diferenciado em relação ao Judiciário ou ao Executivo? Temos de estabelecer neste país relações salariais justas para que as diferenças não sejam tão afrontosas aos fundamentos do trabalho, da dignidade humana, dos serviços. Não vim aqui para dar aparte, para fazer polêmica, não estou disposto a isso. Senti-me compelido a vir aqui para desmentir uma mentira deslavada, provocada por um colega meu. Tenho respeitado muito o Deputado Irani Barbosa, apesar das diferenças. Ele também foi eleito pela população. Tem seus métodos de convencer o eleitorado e está aqui, neste que é um espaço plural onde todos são recebidos, com todas as diferenças de origem, de formação, até de caráter.

Eu topo fazer a discussão, o debate, mas ele tem de ter a dimensão do nosso respeito ao pessoal da Assembléia de Minas, aos nossos colegas Deputados e ao povo de Minas Gerais.

Deputado Antônio Genaro, V. Exa. disse que não havia nenhum Deputado do PT aqui, mas fique sabendo que não tenho medo de fazer o debate. Não estava aqui porque o clima, o jeito de falar e discutir estava ruim demais. Onde estava e o que estava fazendo era melhor. Eu estava melhor servindo ao povo de Minas. Como seria bom se este lugar fosse sagrado, fosse abençoado, fosse respeitado.

Estamos prontos para fazer o debate, mas no dia em que os nossos colegas desejarem fazer um debate respeitoso. Não tenho dúvidas de que é preciso apurar fatos, irregularidades, crimes. Digo mais, se esse sistema continuar do jeito que está, é bem provável que lá, no Congresso Nacional, muitos parlamentares sejam condenados e que tenham os seus direitos políticos cassados. Se não batalharmos, assumindo a responsabilidade de mudar a estrutura legal, sob o ponto de vista da transparência, da participação da sociedade na prestação de contas, talvez daqui a alguns meses ou anos tudo será repetido. É um sistema lamentável o que estamos vivendo.

Faço um apelo ao Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, para que coloque em votação um projeto de transparência para todos nós. Não estamos exigindo que uma pessoa seja transparente, nem que os fatos permaneçam como estão. Temos o dever e o poder de votar leis, para que o Estado e os seus agentes prestem os serviços de maneira absolutamente clara para o conhecimento de toda a nossa sociedade. Nada é mais importante na saúde e na sociedade que a prevenção. Fazer ações transparentes é uma forma preventiva de evitar que essa situação dramática e cruel que estamos vivendo se repita no futuro.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, fui chamado de mentiroso. Falei durante meia hora sobre mais de 40 assuntos, e o Deputado Odélmo - perdão -, Adélmo Leão ou Carneiro ou Carneiro Leão, não sei, do PT, fala mansa, fez-me lembrar de quando ele era Secretário de Estado de Saúde e nomeou aquele companheiro daquela jornalista que eu dedurei por estar agindo de maneira corrupta na Prefeitura de Monlevade. De repente, não sei por quê, o Dr. Itamar Franco - como o Presidente já falou, também posso falar - correu com ele. Graças a Deus, Deputado Adélmo Carneiro Leão, não temos os mesmos métodos para buscar voto; o de vocês é a mentira, e o meu é o trabalho. É diferente. Se menti, menti sobre a faixa, não sei ler.

Eu interpreto a leitura da faixa, nobre Deputado Adélmo Carneiro Leão, como a farsa que V. Exa. tenta imprimir ao povo, como se o petezinho da quadrilha estivesse dando esse ganho ao funcionário público de Minas Gerais, o que não é verdade. Isso é resultado do trabalho do Governador Aécio Neves, do trabalho da Assembléia Legislativa e da base do governo.

O senhor fala que minto. Vamos trazer aqui os funcionários da Assembléia. Aceito o debate no nível que V. Exa. quiser. Não há problemas. V. Exa. momentaneamente é meu colega de Assembléia, pois estamos aqui como Deputados, mas não tenho colegas do nível de V. Exa., da fala mansa, mas da mão ligeira. Não tenho não, Sr. Presidente.

Se menti aqui, um dia poderemos fazer um debate público para esclarecer. E, se todo o resto que disse é verdade, agradeço o atestado de idoneidade que V. Exa. me dá. V. Exa. prova que faz parte não de um partido, mas de uma quadrilha que assaltou, achacou e quebrou a esperança e o sonho do povo brasileiro. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Genaro - O Deputado Adélmo Carneiro Leão é uma contradição dentro de si mesmo, pois carneiro e leão sobreviverão como amigos apenas no milênio em que o mundo for governado por Jesus Cristo.

Ele é fleumático. Até gosto dele, como dizia Brizola: "Gosto do Lula." Ele diz assim: "Governar é difícil, mas que é gostoso é." O Deputado Adélmo Carneiro Leão tem aquela fleuma, a pose do intelectual. Disse que não estava aqui por causa do mau ambiente, mas quero lembrar-lhe que tenho 18 anos de Casa e, durante todos esses anos, não só ele como também tantos outros ficaram aqui em ambientes piores: não eram ruins não, eram o superlativo absoluto sintético de ruim, eram péssimos. Quando mandavam a platéia jogar moedas em cima de nós, ele estava aqui. Nas mais baixas sessões desta Casa, ele estava presente. Só porque o Deputado Irani Barbosa estava sofrendo convulsões de pesadelo, querendo ser acordado, ele saiu? Deputado Adélmo Carneiro Leão, o senhor já esteve aqui em situações mil vezes piores. Sei por que vocês não estão aqui. Eu sei. Se fosse o contrário, aqui estaria cheio. Pareceria um bando de vespas com o ferrão afiado, ferrando tudo que podiam.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as reuniões especiais de logo mais, às 20 horas, e de amanhã, dia 24, às 9 e às 14 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

Presidência do Deputado Rêmolô Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Arlen Santiago - Palavras do Sr. Paulo César de Oliveira - Entrega de placa - Palavras do Secretário Danilo de Castro - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Rêmolô Aloise - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Arlen Santiago - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Domingos Sávio - Doutor Viana - Gustavo Corrêa - Jayro Lessa - Paulo Piau.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmolô Aloise) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Gustavo Corrêa, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Convidamos a tomar assento à mesa os Srs. Deputado Federal Danilo de Castro, Secretário de Estado de Governo, representando o Governador do Estado, Aécio Neves; Paulo César de Oliveira, Diretor da revista "Encontro"; Deputado Federal José Santana, Presidente desta Casa no biênio 1981-1982, representando a Câmara dos Deputados; Ronaldo Vasconcellos, Vice-Prefeito Municipal de Belo Horizonte, representando o Prefeito Municipal, Fernando Pimentel; a Sra. Raquel Mendanha Starling, Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça, representando o Ministério Público de Minas Gerais; o Prof. Aloísio Pimenta, Assessor Especial do Governador do Estado; os Srs. José Braz, Prefeito Municipal de Muriaé; Eduardo Bernis, Presidente da Associação Comercial; e Deputado Arlen Santiago, autor do requerimento que deu origem a esta comemoração.

Registro de Presença

A locutora - Registramos a presença das Sras. Renata Vilhena, Secretária Adjunta de Planejamento e Gestão; Edna Roriz, Diretora-Geral do Colégio Edna Roriz; Ana Lúcia Gazzola, Reitora da UFMG; do Vereador Délio Malheiros; dos Srs. Carlúcio Gonçalves, Secretário de Administração Regional Municipal Noroeste; Nelsinho Santos, representando a Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; do Juiz Artur Bernardes Lopes, representando a Associação dos Magistrados Mineiros; dos Srs. Rubens Menin, Presidente da MRV Engenharia; Artur Bernardes Lopes, Juiz de Direito da Amagis; José de Assis Tito, Diretor da Amirt; José Geraldo de Freitas Drumond, Presidente da Fapemig; Elmar Santana, Diretor da Cemig; João Bosco Torres, Vice-Presidente da Amirt; Milton Sales Neto, Prefeito Municipal de Carmo da Mata; Francisco Costa, Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais; Delmo Antônio Pretinho dos Santos, Prefeito Municipal de São José da Lapa; ex-Deputado João Pinto Ribeiro; Elson de Barros Gomes Júnior, Cônsul da República da Índia; Luís Roberto Peroni, Superintendente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU -; Vítor Penido, Secretário Adjunto de Desenvolvimento Social e Esportes; Aloísio Vasconcelos, Diretor da Eletrobrás; ex-Deputado Estadual Leopoldo Bessone; da Sra. Marlene Oliveira Levi, Defensora Pública; dos Srs. Carlos Lindemberg, Editor-Geral do jornal "Hoje em Dia"; e Andréa Pio, colunista do jornal "Hoje em Dia".

Destinação da Reunião

A locutora - Destina-se esta reunião à comemoração do 3º aniversário da revista "Encontro".

Execução do Hino Nacional

A locutora - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo saxofonista Ibraim Netto.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Arlen Santiago

Exmos. Srs. Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Rêmolô Aloise, representando o Presidente desta Casa, Deputado Mauri Torres; Secretário de Estado de Governo, Deputado Federal Danilo de Castro, representando o Governador do Estado, Dr. Aécio Neves; Diretor e Editor da revista "Encontro", Paulo César de Oliveira; Deputado Federal José Santana, representante da Câmara dos Deputados; Vice-Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Deputado Ronaldo Vasconcellos, representante do Prefeito Municipal desta cidade, Fernando Pimentel; Exma. Sra. Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça, Raquel Mendanha Starling, representando o Ministério Público de Minas Gerais; Exmos. Srs. Assessor Especial do Governador do Estado, Prof. Aloísio Pimenta; Prefeito Municipal de Muriaé, José Braz; Presidente da Associação Comercial, Eduardo Bernis; caro amigo e filho do homenageado, Gustavo; senhores e senhoras; o que nos traz aqui, hoje, é a celebração da liberdade, alicerce da democracia. Nada expressa mais essa liberdade que o direito à livre expressão do pensamento. E a imprensa é, sem dúvida, o veículo condutor do pensamento humano, universalizando idéias, propostas, desejos, inconformismos.

Feliz o povo que tem veículos de comunicação livres e comprometidos com os interesses legítimos da população e do seu Estado, veículos comprometidos com a verdade e com os ideais libertários e desenvolvimentistas.

Ao longo de sua curta existência, os três anos que comemoramos aqui, nesta homenagem do Legislativo, em nome do povo mineiro, a revista "Encontro" já se consolidou exatamente pelo seu comprometimento com a verdade e os sentimentos mineiros.

Não podemos perder de vista, senhoras e senhores, que três anos é um período muito curto na vida de qualquer empresa, especialmente na de um veículo de comunicação, que, para ser aceito, precisa construir credibilidade. E todos nós sabemos quanto é difícil construir, com solidez,

um bom conceito popular; mas talvez esse seja o grande diferencial da revista "Encontro". Ela já nasceu com a chancela de um nome de respeitabilidade, de credibilidade e de compromisso com Minas. Ela já nasceu com a grife Paulo César de Oliveira; o PCO, por isso não nasceu projeto: nasceu consolidada.

Desnecessário é falarmos a respeito de Paulo César, se fôssemos falar apenas para apresentação; mas não posso perder a oportunidade de falar sobre aquilo que muitos, ou a maioria, já sabem. É que não posso perder a oportunidade de reafirmar exemplos.

Paulo César de Oliveira nasceu respirando o ar cosmopolita de Belo Horizonte. Mas foi em Montes Claros, ao sabor do pequi, ao som das serenatas e do folclore, convivendo com o sentimento caboclo, que forjou sua personalidade.

Essa mistura do cosmopolita com o caboclo percebe-se facilmente em PCO, homem de fala mansa, voz baixa, mas olhar firme, que não se abaixa por nada ter a esconder, compõe-se harmoniosamente com seu espírito empreendedor e inquieto.

A inquietude, certamente, é que levou Paulo César a buscar o jornalismo, uma atividade dinâmica que, quando desenvolvida com ética e compromisso elevado, é capaz de estimular transformações sociais profundas.

Foi na "Gazeta do Norte", em Montes Claros, que Paulo César iniciou sua brilhante carreira de jornalista. De lá, deu um salto para o "Jornal de Montes Claros", onde substituiu o saudoso colunista Lazinho.

Amigo dos amigos - dentre eles listo com orgulho o meu irmão -, nosso homenageado começou a construir, ainda na nossa Montes Claros, sua credibilidade e seu conceito profissional que logo fizeram com que ele alçasse vãos mais altos.

Nas asas da liberdade que defendeu em cada linha de suas colunas, PCO veio pousar em Belo Horizonte. Aqui trabalhou nos principais jornais e desde 2000 assina coluna no jornal "Hoje em Dia".

Aqui, se me permite nosso homenageado, abro um parêntese para destacar a importância do jornal "Hoje em Dia" para todos os mineiros, mas especialmente para o Norte do Estado, onde o jornal exerce uma liderança incontestada, resultado de sua excelente cobertura das coisas da região.

Não tenham dúvidas de que essa presença do jornal "Hoje em Dia" em Minas vai se ampliar ainda mais, graças à seriedade e ao dinamismo de seu corpo dirigente, que, a partir de hoje, recebe o reforço de Paulo César de Oliveira, alçado ao posto de Diretor por sua capacidade profissional e integração com os ideais da empresa.

Fecho o parêntese para dizer que aqueles que conhecem, ou apenas lêem Paulo César, sabem que a obsessão pela verdade é uma de suas maiores características profissionais. Esse compromisso com o bem fez dele amigo de Presidentes da República, Ministros de Estado, Ministros de Tribunais Superiores, Deputados, Senadores, empresários e gente do povo. Buscando informações com tenacidade e ética, ele construiu essas amizades sólidas, moldadas na seriedade e no compromisso estritamente profissional.

PCO nasceu com o instinto do jornalista, o espírito do repórter e o compromisso com a notícia. Ao instinto somou a capacidade da percepção, a preocupação com a evolução. Evoluiu profissionalmente, não copiando estilos, mas bebendo diretamente na fonte da capacidade profissional de um Ibrahim Sued, de um Élio Gaspari, de um Gilberto Amaral ou de um Aristóteles Drummond, expoentes de quem se fez amigo.

PCO revela-nos agora uma nova faceta: a do empreendedor. E sua paixão pela notícia é de tal ordem, que foi na atividade editorial que resolveu ousar como empresário de porte.

Sua revista "Encontro" mostra que ele não errou. Numa atividade em que muitos conseguem sobreviver por pouco tempo, Paulo César já deixou sua marca. Mostrou que quando se alia a competência profissional à paixão de fazer, as coisas andam bem.

Muito bem até, que o diga a família "Encontro". Apenas para registro e para nosso orgulho: a "Encontro", com sua tiragem de 50 mil exemplares mensais, é hoje a maior revista do País, exceto as semanais.

É uma demonstração da pujança dessa revista que cresce, no ritmo de nosso Estado, que hoje é modelo para nosso país, graças ao choque de modernidade administrativa comandado pelo Governador Aécio Neves, possível pela compreensão e participação da população e pela harmonia entre os Poderes, resultado também da ação política competente do Secretário Danilo de Castro, da Casa Civil.

Paulo César, não vejo outra maneira de homenagear os três anos da "Encontro" do que lhe dizendo muito obrigado. Muito obrigado pelo seu compromisso com Minas. Pelo seu jeito sério de fazer jornalismo, sempre comprometido com a verdade. Pelo seu compromisso com todos nós mineiros e com a democracia que é, como um dia disse Tancredo, o primeiro compromisso de nosso Estado. Obrigado."

Palavras do Sr. Paulo César de Oliveira

Boa noite, Deputado Rêmoló Aloise, Vice-Presidente desta Assembléia; Deputado Federal Danilo de Castro, Secretário de Estado de Governo, representando o Governador Aécio Neves; Deputado Federal José Santana, ex-Presidente da Assembléia, representando a Câmara dos Deputados; caro Vice-Prefeito Ronaldo Vasconcelos, representando o Prefeito Fernando Pimentel; Sra. Raquel Mendanha Starling, assessora especial do Procurador-Geral de Justiça, representando o Ministério Público de Minas Gerais; caro Prof. Aloísio Pimenta, assessor especial do Governador; Sr. José Bráz, Prefeito de Muriaé; Sr. Eduardo Bernis, Presidente da Associação Comercial; meu caro Deputado Arlen Santiago.

Quem acompanha a história do Brasil por meio dos séculos, de seus homens, das idéias marcantes do povo e da estrutura do País, percebe que Minas Gerais possui o diferencial de ser uma terra que marca seus filhos - os aqui nascidos ou os que para cá vieram formar família e patrimônio -, com um compromisso todo especial com o que foi a Capitania das Minas Gerais. É como se pairasse sobre nós, permanentemente, o espírito dos bandeirantes pioneiros, dos incondentes e dos seus estadistas, do Império à República.

Queremos ser mineiros na habilidade, modéstia, fidelidade aos ideais da liberdade, de todas as liberdades, desde a política de expressão à de empreender. Sem alarde, sem barulho, somos ousados.

Assim, depois de quase 40 anos de jornalismo ininterrupto, assinando colunas em tantos órgãos da imprensa mineira, é que tive a ousadia de empreender um projeto, que era um velho sonho de vida e um antigo compromisso assumido por mim comigo mesmo, mas voltado para servir a Minas.

O projeto nasceu e cresceu paralelamente às minhas atividades no jornal "Hoje em Dia", que vem dando ao nosso Estado o pluralismo há tanto desejado na mídia diária. Minha coluna, a partir de 2000, passou a ser publicada no "Hoje em Dia", que, justamente na data de hoje, honrou-me e distinguiu-me com a convocação para exercer a Diretoria de Assuntos Corporativos do jornal. Não tive como fugir ao convite, à oportunidade de fortalecer esse projeto que não é meu, mas passou a ser de todos os mineiros, na medida em que garante à terra dos inconfindentes a opção democrática de um diário de qualidade, independente, rico em seus quadros de colaboradores, entre grandes nomes da imprensa mineira e nacional, a começar do Diretor de Redação Carlos Lindenberg, considerado um dos melhores analistas políticos do País. Este dia nunca será esquecido por mim.

Ousei, sim, pois nosso Brasil vive em crise permanente. E foi em meio à crise que colocamos na rua uma revista de 50 mil exemplares, com qualidade gráfica e editorial como Minas nunca teve.

Confesso que o fiz com confiança, entusiasmo, obstinação, apoio de meu querido sócio e amigo André Lamounier, de bons amigos, de empresários de responsabilidade com e em Minas, mas sabendo que o risco era grande. Afinal, o projeto era mesmo ousado. Investimos o que tínhamos e o que não tínhamos, mas nunca admitimos sacrificar a qualidade, a independência, o compromisso em fazer uma revista nacional a partir de Minas Gerais. E assim chegamos ao terceiro aniversário, com os 36 números pontualmente distribuídos, com qualidade crescente, com reconhecimento das forças vivas do Estado, o que se traduz pelo apoio publicitário. Além de Minas, 20% de nossa tiragem é distribuída em Brasília, no Rio, em São Paulo e, mais recentemente, em Salvador. Atingimos ainda centenas de mineiros que moram no exterior.

A iniciativa do Deputado Arlen Santiago, que tem sua base política no Norte de Minas, mais precisamente em Montes Claros, onde estudei e me criei - irmão de um dos meus mais queridos amigos, tão unidos que temos o mesmo prenome -, deu-me imensa alegria. Não apenas por mim, mas por toda a minha equipe, em que se incluem meus dois filhos, Paulo César e Gustavo César.

O corpo de colaboradores de "Encontro", cuja redação é chefiada pelo competente Homero Dolabella - que não está aqui hoje, pois está fechando o nosso número de julho -, é mineiríssimo, na medida em que formamos uma família, na amizade, na solidariedade, no entusiasmo e na ética.

Esta Casa é do povo e de Minas. Por aqui têm passado não só grandes figuras de nossa vida política, mas também homens vitoriosos nas profissões liberais, na representação de classe e sindical, na vocação da vida pública. Alguns dos grandes nomes de nossa política até fizeram toda a carreira aqui, como os casos de Pio Canedo e José Augusto, sendo que o último chegou ao Senado. Outros marcaram presença na vida nacional a partir do mandato aqui exercido, como o caso de Virgílio de Melo Franco. Vale lembrar de Presidentes como João Ferraz e José Santana de Vasconcelos, entre tantos outros.

Serve ainda esta oportunidade, o prestígio da manifestação da Assembléia e a presença de tantos amigos e autoridades, para que seja reiterado nosso compromisso, não meu apenas, mas do meu sócio André e de todos que formam o corpo de colaboradores da "Encontro", de mantermos o projeto de pé, com o sentido de servir a Minas e ao Brasil, a partir de Minas. Faremos isso com toda garra e procurando honrar o apoio de todos que, de alguma forma, vêm ajudando a ser a "Encontro" um caso de sucesso, o maior certamente na vida do mundo editorial de revistas de nosso país.

Vamos juntos, cada vez mais unidos e solidários, avançar nessa crise nacional que preocupa a vida política, moral e os costumes, acreditando sempre no conjunto que faz o povo brasileiro, renovado pelos valores de novas e mais bem informadas gerações.

Termino minhas palavras de agradecimento, com muita emoção, evocando a memória de minha mãe, que diria ser a única falta neste Plenário com significação na minha vida profissional e emocional. Ela sabia desse sonho e certamente está protegendo o filho, para que leve adiante a grande revista dos mineiros, que conseguimos fazer nesses três anos. Muitíssimo obrigado.

Entrega de Placa

A locutora - O Deputado Rêmolo Aloise, 1º-Vice-Presidente desta Casa, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Mauri Torres, e o Deputado Arlen Santiago farão a entrega ao Sr. Paulo César de Oliveira de placa alusiva a esta homenagem. Solicitamos-lhes que se posicionem no local indicado pelo cerimonial.

A placa contém os seguintes dizeres: "Com excelente qualidade gráfica e editorial, além de conteúdo abrangente, incluindo entrevistas com importantes personalidades do cenário nacional, a revista 'Encontro' se tornou referência na abordagem de assuntos de interesse do público mineiro e de outros Estados. A homenagem da Assembléia Legislativa a essa prestigiosa revista em seu terceiro ano de atividades".

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Secretário Danilo de Castro

Meu caro Vice-Presidente desta Casa, Deputado Rêmolo Aloise; Diretor da revista "Encontro", homenageado desta noite, jornalista Paulo César de Oliveira; meu caro colega Deputado Federal, aqui representando a Câmara dos Deputados, José Santana; meu amigo Vice-Prefeito de Belo Horizonte, Deputado Ronaldo Vasconcelos, representando o Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Fernando Pimentel; assessora especial do Procurador-Geral da Justiça e sua representante, Raquel Mendanha Starling; meu caro Prof. Aloísio Pimenta, assessor especial do Governador Aécio Neves; meu conterrâneo honorífico, José Bráz, Prefeito de Muriaé; Presidente da Associação Comercial, Eduardo Bernis; meu caro e brilhante Deputado Arlen Santiago, autor do requerimento para homenagear a revista "Encontro"; Deputado Alberto Pinto Coelho, Líder do Governo nesta Casa, em cuja pessoa cumprimento a todos os parlamentares presentes; Renata Vilhena, em cuja pessoa cumprimento a equipe do Governo Aécio Neves aqui presente; senhoras e senhores, é uma satisfação, para mim e para o Governador Aécio Neves, a quem represento com muita honra nesta solenidade, como o é para todos nós do Governo de Minas, estarmos nesta Assembléia Legislativa, uma Casa que é a síntese do pensamento e do sentimento do povo mineiro. Essa alegria é ainda maior quando estamos reunidos para comemorar o aniversário de um importante veículo de comunicação, como é a revista "Encontro".

Toda vez que somos convidados a participar de lançamento ou de comemoração pelo aniversário de um veículo de comunicação, estamos vivendo um momento especial. O veículo de comunicação é um personagem diferente em nossa sociedade. Ele nos faz companhia, nos aconselha, nos orienta, nos mostra caminhos e nos leva à reflexão.

Quanto mais veículos de comunicação sérios e respeitados tivermos em nosso convívio, mais referências teremos para formar nossos conceitos, nossas opiniões. Que bom seria se pudéssemos participar com mais frequência de lançamentos e comemorações pelo aniversário de veículos de comunicação, instrumentos determinantes e fundamentais para a consolidação de nossa democracia.

E é por isso que o Governador Aécio Neves tem um profundo respeito e admiração pelo trabalho sério e responsável da imprensa em Minas Gerais.

Em nosso convívio desde março de 2002, a revista "Encontro", mais do que informar, já é assunto entre os formadores de opinião, pois conseguiu se colocar como referência de leitura e de mídia a respeito de Minas Gerais, especialmente em Belo Horizonte.

A tiragem de 50 mil exemplares, a quantidade e a qualidade de seus anunciantes e a presença das mais destacadas personalidades mineiras no rol de seus entrevistados são demonstrações claras de sua credibilidade e, por conseqüência, de seu sucesso.

Moderna e abrangente, seu reconhecimento veio com apenas 10 meses de circulação, quando foi eleita Veículo do Ano em 2002 pela Associação Mineira de Propaganda, o maior reconhecimento do mercado publicitário mineiro. Nunca uma publicação mineira atingiu tantos leitores com tanto potencial de consumo em tão pouco tempo.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero aqui levar nossa saudação, em nome do Governador Aécio Neves, a todos os jornalistas, colunistas e articulistas de primeira linha que enriquecem as páginas da revista "Encontro", em especial ao jornalista Paulo César de Oliveira, síntese de todo o trabalho que aqui comemora três anos de sucesso.

É importante aqui destacar que o sucesso da revista "Encontro" vem fazer justiça ao trabalho dedicado e competente do jornalista Paulo César de Oliveira, um homem de origem simples, que soube conquistar seu espaço, com muito trabalho, profissionalismo e firmeza em suas ações.

Ao jornalista e amigo Paulo César, transmito, em nome do Governador Aécio Neves, os mais efusivos cumprimentos. Quero cumprimentar a Assembléia Legislativa e o Deputado Arlen Santiago, autor do requerimento que deu origem a esta justa homenagem. Parabênizo também os familiares do jornalista Paulo César aqui presentes, Gustavo, Luiz e Paulinho, por terem dado um apoio incansável a esse ilustre jornalista. Esta Casa, senhoras e senhores, e todos que aqui estamos vivemos um momento especial, em que a história da imprensa mineira avança em mais um importante capítulo. É uma honra e uma alegria para todos termos a oportunidade de viver este momento. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Deputado Federal Danilo de Castro, Secretário da Casa Civil; Deputado Federal José Santana; Ronaldo Vasconcellos, aqui representando o Prefeito Fernando Pimentel; Exma. Sra. Raquel Mendanha Starling, representando o Ministério Público de Minas Gerais; Exmos. Srs. Aloísio Pimenta; José Braz, Prefeito de Muriaé; Eduardo Bernis; Deputados Arlen Santiago, Alberto Pinto Coelho, Gustavo Valadares, Paulo Piau, Dalmo Ribeiro Silva, Domingos Sávio; demais Deputados; minhas senhoras, meus senhores; vou pedir licença aos meus colegas para quebrar o protocolo desta Casa. Está sobre esta mesa um pronunciamento que eu deveria ler, mas, diante das palavras proferidas pelos oradores que me precederam, ficaria muito difícil lê-lo.

Inicialmente, quero chamar a atenção para a grandeza desta homenagem, proposta pelo nobre Deputado Arlen Santiago. Tenho um amigo do fundo do Norte de Minas que certo dia me disse nesta Casa que aqueles que vieram do Norte do Estado, principalmente aqueles ligados às letras e à política, têm uma capacidade de trabalho e uma vontade de vencer invejada por todos os mineiros. Deputado Arlen Santiago, ressaltou o nosso convívio de alguns anos nesta Casa, e agradecemos a sua brilhante idéia de trazer a este Plenário um homem das Minas Gerais. Saiu, andou, conheceu o mundo e todas as paragens e hoje nos traz, lá do Norte de Minas, o sentimento da mineiridade. Parabéns, Arlen! Continue sua jornada, seu trabalho, porque esta Casa orgulha-se daqueles que, como você, nos momentos de dificuldade, encontra nos amigos mais leais a homenagem merecida.

Há 50 anos uma idéia veio à cabeça de um homem. Sonhou, andou, vagou e, por meio da letra formou a palavra; pela palavra formou frases e, através de frases, espalhou suas crônicas, suas mensagens por toda a Minas Gerais. Muito simples, muito humilde. Sonhar é aquilo que todos devemos fazer, porque aquele que não sonha geralmente não chega a lugar nenhum.

Lembro-me de que há algum tempo, meu conterrâneo, amigo pessoal, Gilberto Amaral, amigo íntimo do Paulo, mostrava a competência do trabalho que faziam em nossa querida Capital federal, Brasília. Gilberto várias vezes veio à nossa querida São Sebastião do Paraíso e comentava o trabalho dele e do Paulo.

Paulo, mudei o meu pronunciamento por um motivo muito importante: quando fui aluno do Dr. Hilton Rocha, na Faculdade de Medicina Federal, ele chegava à sala para proferir seus ensinamentos, e todos o respeitávamos de maneira especial. Ele nos dizia que os olhos servem para duas coisas: a primeira, enxergar, e a segunda, através das lágrimas, chorar.

Quanto notei esse homem sério e equilibrado deixar a expressão dos olhos lacrimejar na tribuna desta Casa, eu, como representante desta Casa, não poderia deixar de dizer que o sentimento da alma falou mais alto do que o sentimento das palavras. Sua mãe, D. Elza, tenha certeza absoluta de que está bem mais tranqüila do que nós, Paulo. A vida não termina. Esta passagem por aqui, são coisas que temos de entender. Tenho certeza absoluta de que tudo o que você disse nesta tribuna hoje, por onde grandes homens passaram, deixou-a maior do que ontem, porque por ela passou um dos maiores jornalistas do nosso Brasil: Paulo César de Oliveira.

A você, Paulo, a gratidão da Assembléia, destes Deputados que por aqui passam e vão, mas as suas crônicas, sua revista, que, com três anos, 36 exemplares, chegou a São Paulo, ao Rio, a Brasília, ao Norte, a Salvador, temos certeza absoluta de que vieram para ficar. O Arlen disse que ela só perde no conteúdo e na matéria para aquelas que são semanais. Nosso agradecimento.

Acho que já me excedi em minhas palavras, mas não poderia deixar de fazê-lo, porque o Paulo é nosso amigo, e deixaremos esta noite memorável registrada nesta Casa. Meu muito obrigado a todos, e, se Deus quiser, teremos sucesso absoluto quando lermos a "Encontro" mensalmente. Meu muito obrigado a todos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta às autoridades e aos demais convidados os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as reuniões especiais de amanhã, dia 24, às 9 e às 14 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 21/6/2005

Presidência do Deputado Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Dilzon Melo; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 87/2003; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 165/2003; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1 - Votação, em 2º

turno, do Projeto de Lei nº 953/2003; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.089/2003; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.501/2004; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.656/2004; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.743/2004; votação do projeto, salvo emendas; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação da Emenda nº 1; aprovação; votação da Emenda nº 2; aprovação; votação da Emenda nº 3; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.840/2004; discurso do Deputado André Quintão; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.842/2004; aprovação na forma do Substitutivo nº 1; declaração de voto - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.861/2004; aprovação com a Emenda nº 1 - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.178/2005; requerimentos dos Deputados Márcio Kangussu e Adalclever Lopes; deferimento; apresentação da Emenda nº 1; discursos dos Deputados André Quintão e Adalclever Lopes; votação do projeto, salvo emenda; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação da Emenda nº 1; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.541/2004; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 58/2004; aprovação com as Emendas nºs 1 e 2; declarações de voto - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elisa Costa - Fahim Sawan - George Hilton - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Jô Moraes - João Bittar - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Márcio Passos - Maria Olívia - Marlos Fernandes - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Ramos - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 20h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Elmiro Nascimento, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Dilzon Melo, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 1.541/2004 seja apreciado em 1º lugar, entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 87/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre direitos dos jurados no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 87/2003 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 165/2003, do Deputado Djalma Diniz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Buritizeiro o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 165/2003 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 953/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria, que altera a Lei nº 11.666, de 9/12/94, que estabelece normas para facilitar o acesso dos portadores de deficiência física aos edifícios de uso público, de acordo com o estabelecido no art. 227 da Constituição Federal e no art. 224, § 1º, I, da Constituição Estadual. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.089/2003, da Deputada Ana Maria Resende, que estabelece diretrizes para os programas de aleitamento materno e bancos de leite humano no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto, na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.089/2003 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.501/2004, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza doação de imóvel ao Município de Baldim. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.501/2004 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.656/2004, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação Rural Mineira - Ruralminas - a doar

imóvel de sua propriedade, localizado no Município de Januária. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.743/2004, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Fundo de Assistência ao Turismo - Fastur -, de que trata a Lei nº 11.520, de 13/7/94, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. No decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto 3 emendas do Deputado Dinis Pinheiro, que receberam os nºs 1 a 3, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, serão submetidas a votação independentemente de parecer. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 2. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 3. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.743/2004 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei 1.840/2004, do Governador do Estado, que autoriza o cancelamento parcial da cláusula de reversão prevista na Lei nº 682, de 16/9/16, altera destinação de imóvel situado em Barbacena, de propriedade do Estado e cedido ao Ministério da Agricultura. A Comissão de Fiscalização opina pela aprovação do projeto. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, quero encaminhar, em nome do Bloco PT-Pcdob, favoravelmente a esse projeto, que regulariza um terreno, do qual boa parte está sendo utilizada - com imóveis reformados com a participação de vários setores organizados da cidade de Barbacena - pelo Grupo Ponto de Partida. Esse grupo tem um excepcional trabalho realizado em defesa dos valores da cultura mineira. Realiza um trabalho de formação com artistas populares e pessoas que estão desenvolvendo suas atividades culturais próprias e incipientes espalhadas por Minas Gerais. O Grupo de Cantores Meninos de Araçuaí, reconhecido internacionalmente, é um exemplo.

Depois de um amplo processo de negociação, tive a oportunidade de participar, até mesmo levando-o à Secretaria de Estado do Planejamento e à Gerência de Patrimônio da União do Governo Lula. Com a participação do Grupo Ponto de Partida, esse projeto chega ao Plenário, podendo alcançar, de maneira definitiva, a regularização para a utilização desses imóveis, atendendo aos interesses do Governo Lula. Encaminhamos favoravelmente à aprovação do projeto. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.842/2004, do Deputado Leonardo Quintão, que estabelece a regulamentação do serviço de transporte individual de passageiros, por meio de táxi especial na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A Comissão de Justiça e de Transporte perderam prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.842/2004 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Transporte.

Declaração de Voto

O Deputado Leonardo Quintão - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, agradeço a sensibilidade dos presidentes de Comissão da Casa, que aprovaram o projeto por unanimidade. E agora a aprovação em 1º turno. Esse projeto vem regulamentar um processo que estava gerando polêmica em todo o Estado de Minas Gerais e aqui na região metropolitana - os táxis especiais.

Infelizmente, Sr. Presidente, os táxis especiais viraram um comércio muito grande com vários táxis sendo liberados por Prefeituras por questões eleitorais, pessoais, escusas. Com esse projeto de lei que a Assembléia Legislativa deve aprovar e com a sanção do Governador do Estado, resolveremos um grande problema. Podemos regulamentar um processo e estabelecer justiça, para que os cidadãos que usam o táxi especial saibam que as pessoas são qualificadas, determinadas no estatuto, classificadas de acordo com a lei e possuem entendimento acerca da questão metropolitana de Belo Horizonte.

Acabamos com o comércio de placas. Infelizmente, em Minas Gerais e em todo o Brasil, ainda existe comércio de placas de táxi. Por meio desse projeto, em primeira instância, visamos acabar com o comércio de placas de táxi.

Deputado Elmiro Nascimento, em Patos de Minas a situação não é diferente. No Estado de Minas Gerais, uma placa pode ser comprada por R\$50.000,00, R\$70.000,00, e temos de acabar com isso. O táxi deve ser utilizado para a manutenção da família de quem dirige o veículo. Por meio desse projeto de lei, visamos moralizar o sistema de táxi especial.

Peço aos Deputados que aprovem esse projeto em 2º turno. Solicito-lhes que o analisem com carinho, para que o votemos o mais rápido possível. Creio na sensibilidade do Governo de Minas, com a Assembléia. Esta aprovando os projetos de lei, e aquele sancionando-os. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.861/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bom Sucesso o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.861/2004 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.178/2005, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 12.836, de 21/5/98, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. para o fim que menciona. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. No decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto 3 emendas, sendo uma do Deputado Márcio Kangussu, que recebeu o nº 1, e duas do Deputado Adalclever Lopes, que receberam os nºs 2 e 3, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, serão submetidas a votação independentemente de parecer. Vem à Mesa requerimento do Deputado Márcio Kangussu, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 2.178/2005. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno. Vem à Mesa requerimento do Deputado Adalclever Lopes, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nºs 2 e 3 ao Projeto de Lei nº 2.178/2005. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno.

- Vem à Mesa:

Dê-se ao "caput" do art. 2º da Lei nº 12.836, de 21 de maio de 1998, a seguinte redação:

"Art. 2º - Os recursos decorrentes da operação de crédito de que trata esta lei serão aplicados no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - Prodetur NE/II -, compreendido pelos Municípios localizados nas Regiões Norte e Nordeste do Estado de Minas Gerais e pertencentes aos Pólos Turísticos do Vale do Jequitinhonha - Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha -, Caminhos do Norte e Vale Mineiro do São Francisco, com garantia integral e solidária do Tesouro Nacional, conforme definido por convênio próprio, para incremento do turismo na forma seguinte:"

Sala das Reuniões, 21 de junho de 2005.

Colégio de Líderes

Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, farei um breve encaminhamento, até para que possamos votar o Projeto de Lei Complementar nº 58/2004. É importante que os Deputados e as Deputadas tenham ciência desse acordo de líderes, que apresenta uma emenda ao projeto de lei que autoriza o Executivo realizar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil, com a finalidade de buscar recursos para o Prodetur. Por meio de uma lei aprovada pela Assembléia, o governo do Estado, em 1998, e posteriormente, com um acréscimo em 2002, foi autorizado a contrair empréstimo de R\$300.000.000,00 para aplicação no desenvolvimento do turismo nas regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais. De lá para cá, estudos técnicos e discussões com Municípios envolvidos foram realizados de maneira a habilitar Minas Gerais a participar desse financiamento internacional através do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, tendo como agente operador o Banco do Nordeste do Brasil - BNB.

Acontece que esse processo, a nosso ver, foi feito de maneira equivocada, excluindo Municípios importantes do Médio e do Baixo Jequitinhonha. O projeto concentrou iniciativas em alguns poucos Municípios do Alto Jequitinhonha. Durante todo esse período, levantamos essa questão na Assembléia, fomos a Brasília, reunimo-nos com o Ministério do Turismo. Com a participação do Líder de Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho, realizamos debates com representantes do governo estadual. Há alguns dias, a Comissão de Participação Popular, aprovando requerimento deste Deputado, e a Comissão de Turismo, aprovando requerimento do Deputado Márcio Kangussu, realizou audiência pública conjunta envolvendo Prefeitos da região do Médio e do Baixo Jequitinhonha. Esses Prefeitos fizeram um apelo para que se incluíssem o Baixo e o Médio Jequitinhonha no escopo de atendimento do projeto. Temos plena consciência de que, na fase avançada em que está o projeto, já aprovado pelo Banco do Nordeste e pelo Banco Interamericano, atingindo uma cifra de R\$60.000.000,00 para investimentos em cidades do Alto Jequitinhonha, não faria sentido, seria prejudicial ao interesse de Minas Gerais obstruirmos a aprovação desse projeto. Correríamos o risco de Minas Gerais não se habilitar aos recursos já disponibilizados para o Alto Jequitinhonha e, em conseqüência, também ficar inabilitada para buscar os R\$240.000.000,00 restantes que poderiam ser aplicados no Baixo Jequitinhonha, no Médio Jequitinhonha, no Norte de Minas e nos caminhos do São Francisco. Portanto, fizemos um acordo envolvendo o Líder do Bloco da Maioria, o Líder de Governo e também demais Deputados e Deputadas que lideram outros partidos para aprovarmos essa emenda que explicita que o pólo Jequitinhonha não se restringe aos oito Municípios do Alto Jequitinhonha contemplados. Queremos que obras como o asfaltamento da BR-367, que poderia ligar Diamantina à divisa com a Bahia, na altura da cidade de Salto da Divisa, ligando a Estrada Real até a costa do descobrimento, numa concepção mais ampliada de Estrada Real, atingindo também Municípios do Médio e Baixo Jequitinhonha, sejam atendidas pelo Prodetur. Que cidades como Virgem da Lapa, Araçuaí, Itinga, Coronel Murta, Itaobim, Joaíma, Almenara, Jequitinhonha, Salto da Divisa, Jacinto possam, juntamente com Chapada do Norte, Berilo, ser contempladas com recursos do Prodetur, pois também têm potencial turístico, também compõem a história de Minas Gerais e têm problemas de saneamento básico.

Encaminhamos pela aprovação da emenda, que sacramenta a inclusão do Baixo e do Médio Jequitinhonha no Prodetur. É uma forma de viabilizar o recurso, hoje já aprovado, para atender cidades como Diamantina, Serro e outras do Alto Jequitinhonha. Consideramos essas cidades merecedoras desses recursos, mas não podemos excluir as cidades do Médio e do Baixo Jequitinhonha. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Adalcleber Lopes.

O Deputado Adalcleber Lopes* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero fazer coro às palavras do Deputado André Quintão, pois essa emenda do Prodetur contempla toda uma região. Posso dizer que fui contagiado pelas idéias do Deputado Márcio Kangussu, que tanto conhece a região - é votado lá como nós, como os Deputados André Quintão, Adalcleber Lopes e como vários Deputados do PMDB. O PMDB foi contagiado pelo conhecimento do Deputado Márcio Kangussu, que nos mostrou a necessidade dessa emenda. Quero dar o testemunho do seu trabalho para o Vale do Jequitinhonha e para toda essa região, que tanto conhece e de que tanto gosta. Nós, que somos votados lá, fazemos coro às palavras dos Deputados André Quintão e Márcio Kangussu. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emenda. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. A Presidência informa ao Plenário que a Emenda nº 1 será submetida a votação, nos termos do do § 4º do art. 189 do Regimento Interno. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.178/2005 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.541/2004, do Deputado Laudelino Augusto, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Centro Profissionalizante Tricordiano - Cepete -, com sede no Município de Três Corações, o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.541/2004 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 58/2004, do Governador do Estado, que cria a carreira de Agente de Polícia, cria cargos no Quadro de Pessoal da Polícia Civil e dispõe sobre a promoção por tempo de serviço dos ocupantes de cargos policiais civis que menciona e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas pela Comissão de Administração Pública. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 192 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. Em votação, o projeto, salvo emendas.

- Registram "sim" as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Pimenta - Dilzon Melo - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fahim Sawan - Pastor George - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Correa - Gustavo Valadares - Jô Moraes - João Bittar - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Quintão - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Maria Olívia - Marlos Fernandes - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmolô Aloise - Ricardo Duarte - Sebastião Costa - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 40 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, o projeto, salvo emendas. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2.

- Registram "sim" as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Pimenta - Dilzon Melo - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fahim Sawan - Pastor George - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Jô Moraes - João Bittar - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Quintão - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria Olívia - Marlos Fernandes - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmolô Aloise - Ricardo Duarte - Sebastião Costa - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 40 Deputados. Não houve voto contrário. Estão, portanto, aprovadas as Emendas nºs 1 e 2. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 58/2004 com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Administração Pública.

Declarações de Voto

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, solicitei a palavra apenas para declarar o voto do PMDB, partido do qual faço parte, sob a liderança do Deputado Adalclever Lopes.

Quero dizer da nossa alegria de votar o Projeto de Lei Complementar nº 58/2004, ainda em 1º turno. Acredito que isso demonstra, por parte do Governador, o reconhecimento do trabalho da Polícia Civil em nosso Estado de Minas Gerais.

Hoje é um dia de alegria, pois estamos vindo da nossa cidade, onde o Delegado José Nonato, que é o titular da 47ª Delegacia, inaugurou os melhoramentos feitos por ele, com a comunidade local. É uma alegria participar de um trabalho da Polícia Civil na minha cidade. Ontem estive lá o Dr. Otto, Chefe da Polícia Civil, vários Delegados, Detetives e Inspetores, vários companheiros da Polícia Civil, e hoje pudemos participar da votação do Projeto de Lei Complementar nº 58/2004, tão aguardado pela Polícia Civil. Este é um momento de alegria. Foi uma votação apertada, com apenas 40 Deputados presentes, mas os 40 demonstraram que reconhecem o trabalho da Polícia Civil e o trabalho que o Governador do Estado vem fazendo pela polícia, com as modificações feitas por esse projeto.

Portanto, gostaria de dizer a todos da nossa satisfação de estar presente nesta reunião, para votar a favor da Polícia Civil do nosso Estado, quando comemoramos em Pará de Minas um tento marcado pela Polícia Civil do nosso Estado.

O Deputado Fahim Sawan - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo a tribuna neste momento com a alegria do dever cumprido, ao ver que um projeto do Governador que reconhece o trabalho da Polícia Civil foi aprovado por unanimidade nesta Casa. Fico feliz em participar desse processo que prestigia esses bravos Soldados, bravos cidadãos mineiros e brasileiros, pelo trabalho que fazem. É apenas um pouco do muito que a sociedade deve de reconhecimento a vocês. Parabéns.

Quero aproveitar para dizer que nesta semana trabalharemos na Frente Parlamentar de Luta contra as Drogas, na Semana Nacional de Luta contra as Drogas. Tudo isso tem a ver com o trabalho de vocês, com toda a polícia, com esta Casa e com estes Deputados que também abraçaram essa causa, trabalhando contra a maior desgraça da humanidade, que são as drogas. Nesta semana, que se encerra no dia 26, domingo, Dia Nacional de Luta contra as Drogas, faremos vários movimentos. Apresentamos vários requerimentos e projetos de lei nesta Casa para auxiliar o trabalho da Polícia Civil, da Polícia Militar e de todos aqueles que entendem que devemos nos organizar para combater o crime organizado. Parabéns a esta Casa, ao Governador e, principalmente, à Polícia Civil.

O Deputado Adalclever Lopes - Sr. Presidente, hoje é um dia de muita alegria. Pude ver o reconhecimento do Governador do Estado a alguém que trabalha diuturnamente pela segurança de nossos filhos. Existem coisas que só podemos enxergar com os olhos cheios de lágrimas, como, por exemplo, o valor da polícia. Por isso, hoje, esta Casa, por intermédio de seus membros, reconheceu o valor de vocês.

Quero agradecer a nosso querido Líder, Alberto Pinto Coelho, que tanto trabalhou e ajudou para aparar as arestas desse projeto. Ao PT, ao PMDB. Queria destacar o Deputado Fahim Sawan, que tanto ajudou na construção das emendas e fez um belo trabalho em sua Comissão. Hoje é um dia de alegria para toda a sociedade mineira, para a Polícia Civil e para esta Casa, com o reconhecimento da nossa grandiosa Polícia Civil. Muito obrigado.

O Deputado Leonardo Quintão - Sr. Presidente, também quero parabenizar a Casa por aprovar esse projeto, que depende de quórum qualificado: 39 votos. Esse projeto, em função da sensibilidade de cada parlamentar, foi aprovado por unanimidade. Parabênizo o Governador Aécio Neves pelo reconhecimento dessa classe, que trabalha em defesa de Minas.

Reconheço o trabalho do nobre Deputado Adalclever Lopes. Desde o início da tramitação desse projeto enviado pelo governo, foi de gabinete em gabinete, explicando e detalhando a matéria para os parlamentares, por estar militando, há vários anos na Polícia Civil, tendo o pai, o nobre ex-Deputado Mauro Lopes, como um defensor da classe. Agradeço, como membro do PMDB, a aprovação desse projeto e a participação brilhante do Deputado Adalclever Lopes. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, prezados amigos da Polícia Civil, é com extrema alegria que declaramos o nosso voto favorável. Ficamos muito satisfeitos por constatar que na vida pública existem momentos em que nos sentimos realizados por sermos instrumentos de se fazer justiça.

Com certeza, o Governador Aécio Neves acertou e haverá de muito fazer para valorizar a nossa Polícia Civil. Digo com muita tranquilidade que é a melhor Polícia Civil do Brasil, porque tem mostrado competência, apesar das grandes dificuldades e das enormes limitações, principalmente no que diz respeito ao número de profissionais. Isso é objeto da matéria, que amplia o número de vagas. A justiça está sendo feita ao se estabelecer a carreira de Agente de Polícia, a integração do Carcereiro, do Detetive e dos demais profissionais, que, há muito tempo, mereciam esse tratamento isonômico.

Registramos, de forma louvável, a ação do sindicato e das lideranças que aqui vieram. Como tive a felicidade de ser o relator desse projeto na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, testemunhei essa preocupação, tanto que realizamos uma reunião extraordinária para

agilizarmos a tramitação desse projeto, dando-lhe condições para que, hoje, pudesse ser votado. Espero que seja encaminhado imediatamente para a Comissão, voltando a este Plenário, ainda nesta semana, para ser votado em 2º turno. O mais tardar, no início da semana que vem, poderá ser encaminhado à sanção do Governador.

Ainda enfrentaremos outras batalhas. Com certeza, algumas serão travadas no campo da legislação e outras, no campo do entendimento. Amanhã, o Prof. Anastasia virá a esta Casa. Esperamos que o governo entre em entendimento com os Delegados de Polícia, porque se trata de uma causa ganha, tramitada e julgada, que envolve quase todos esses profissionais. O Governador, com certeza, irá dialogar e fazer esse pagamento de forma amigável, como tem pago as verbas retidas dos professores e dos profissionais da área de educação. A questão da aposentadoria aos 30 anos de serviço, que tem sido questionada, é um direito líquido e certo da Polícia Civil.

Outras lutas virão. Estejam certos de que nesta Casa o respeito pela Polícia Civil une todos os partidos. É preciso que seja assim. Queremos segurança pública de qualidade para Minas Gerais. Na defesa da segurança pública não há barreira partidária. Estamos unidos, apoiando a nossa Polícia Civil, a nossa Polícia Militar e o nosso Corpo de Bombeiros, que, hoje, dialogam entre si, fazendo um trabalho de parceria, buscando uma verdadeira integração. Para haver integração, é preciso haver valorização justa de todos. A Polícia Civil está dando um passo decisivo. Parabéns a todos os policiais civis de Minas Gerais. Essa vitória é de vocês.

O Deputado Gil Pereira - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, companheiros da Polícia Civil, vocês puderam constatar que o Governador Aécio Neves é diferente. Hoje, Minas passa por um momento de muita felicidade.

Ontem, no Hotel Othon, estivemos com os Secretários de Educação, de Saúde e de Desenvolvimento Social, propondo ações que contribuirão também para a Polícia Civil. Abriremos escolas, com o apoio da Fundação Roberto Marinho e da Fiat, e nelas colocaremos a comunidade para trabalharmos em função da segurança pública.

Hoje, de manhã, o Governador distribuiu 400 ambulâncias para os Municípios, sendo que, dentro de pouco tempo, todos os Municípios terão as suas.

Agora, finalizando o dia, os parlamentares de todos os partidos, unanimemente, aplaudem o trabalho da Polícia Civil. Vocês merecem todo o nosso respeito. Tenham certeza de que, se mais não é feito, isso se deve à falta de condições financeiras do Estado.

Certamente, o Governador Aécio Neves avançará muito mais, pois respeita bastante a Polícia Civil. Vocês são, realmente, a melhor polícia civil do nosso país.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, também quero somar-me a essa plêiade de companheiros. Votamos, com muita alegria, no 1º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 58, em reconhecimento ao trabalho, à luta e à bravura dos policiais civis do nosso Estado. Cumprimos nossa obrigação de reconhecer com justiça um pouco do valor que têm.

Certamente o governo queria fazer melhor, mas, no momento, esse é o possível. Estaremos em busca de condições para que, cada vez mais, sejam valorizados os funcionários que realmente merecem.

Parabéns a todos vocês. Meu voto foi favorável. Esperamos que esse projeto volte à votação o mais rápido possível, a fim de que o governador sancione e coloque em prática um pouco da justiça que vocês merecem devido ao valor de seu trabalho.

A Deputada Jô Moraes - Sr. Presidente, caros Deputados e Deputadas, visitantes, não é comum nesta Casa um projeto ser votado por unanimidade. Falo aqui em nome do Bloco PT-PCdoB, que se incorporou a esta decisão absolutamente justa. Assim agimos pela compreensão de que a sociedade mineira vive um momento delicado, difícil, que exige a integração de todos os setores para enfrentar o crescimento acelerado do crime organizado. E a melhor decisão que se pode tomar nesse campo é criar condições favoráveis para os profissionais que enfrentam diariamente o problema, colocando em risco sua própria vida.

Por isso digo aqui que o PT e o PCdoB se incorporam a esta decisão, considerando que o melhor patrimônio para enfrentar a criminalidade são os profissionais que, com certeza, a partir desse projeto, poderão ter melhores condições e maior tranquilidade para continuar a prestar esse serviço à comunidade de Belo Horizonte e de Minas Gerais.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, primeiramente, quero fazer aqui um reconhecimento público da atuação do Sindipol, que mobilizou esta Casa, fazendo gestões junto aos Deputados e conversando nos corredores e gabinetes. Esse diálogo é fundamental. Eles realmente fizeram o debate, mostrando a importância do Projeto de Lei Complementar nº 58, que cria a carreira de Agente de Polícia, cargos no quadro do pessoal da Polícia Civil e dispõe sobre a promoção por tempo de serviço dos ocupantes dos cargos.

Parabéns a todos os colegas da Casa, todos os Deputados do Bloco PT-PCdoB e aproveito a oportunidade para cobrar do Governador que invista mais em segurança pública, principalmente nas polícias. É preciso comprar equipamentos realmente pesados, coletes e viaturas, para dar condições reais de trabalho para os policiais.

Viajo por todo o interior e conheço bem a estrutura da Polícia Civil. Dou o exemplo do Noroeste, do Norte de Minas, do Sul, do Triângulo Mineiro, de Uberlândia. Mais de 44 policiais se formaram na Acadepol e estão trabalhando como Detetives em Uberlândia, mas, infelizmente, não podem ir para as ruas, pois não têm armamento, colete, viatura, computador, logística, enfim, não têm infra-estrutura.

De fato, é preciso haver investimento no servidor público, no ser humano, que precisa ter condições dignas de prestar um bom serviço. E dignidade passa também pela valorização do profissional, que precisa ter um salário justo e digno. É muito importante que esta Casa, em todos os debates, discuta a situação da segurança pública, preocupando-se com as pessoas que não têm condições de colocar uma cerca elétrica ou de pagar um segurança. São as pessoas mais simples e humildes que, às vezes, estão à mercê do grande número de assaltos e roubos que infelizmente cresce de forma desenfreada no Estado.

Votamos favoravelmente ao Projeto de Lei Complementar nº 58/2004, porque é um projeto muito importante. Parabéns a todos os Deputados da Casa e, de forma especial, o Sindipol. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.271/2003, uma vez que

permaneceu em ordem do dia por seis reuniões.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 22, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 22/6/2005

Presidência do Deputado Mauri Torres e da Deputada Maria Olívia

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.271/2003; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 com a Emenda nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.609/2004; discurso do Deputado Antônio Júlio; encerramento da discussão - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Gomes - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Elisa Costa - Ermano Batista - Fahim Sawan - Gustavo Corrêa - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jésus Lima - Jô Moraes - João Bittar - João Leite - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Márcio Passos - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 9h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, pois não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 87, 165, 953 e 1.089/2003, 1.501, 1.541, 1.656, 1.743, 1.840, 1.842 e 1.861/2004 e 2.178/2005, bem como o Projeto de Lei Complementar nº 58/2004, apreciados na reunião extraordinária realizada ontem, à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.271/2003, do Deputado João Bittar, que cria o cadastro único de organizações não governamentais e sem fins lucrativos no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.271/2003 na forma do Substitutivo nº 1 com a Emenda nº 1. À Comissão do Trabalho.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.609/2004, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação, por farmácias e drogarias, de lista com a relação dos medicamentos genéricos. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tomamos a liberdade de encaminhar a discussão do Projeto de Lei nº 1.609/2004, do Deputado Leonardo Moreira, que consideramos muito interessante. Há uma polêmica muito grande em nosso Estado e no Brasil inteiro em relação a medicamentos genéricos, medicamentos similares e medicamentos de marca, a qual deixa a população sem entendimento dessa questão.

Minha maior preocupação é relacionada com os remédios. Uma pesquisa recente mostra que, com a nova tecnologia existente no setor

farmacêutico, os aposentados e pensionistas do Brasil têm de dispor, em alguns casos, de até 30% ou 35% de sua renda para comprar medicamentos.

Alerto os Deputados e os ouvintes para algo muito grave que ocorrerá daqui a três meses em nosso Estado. Será um momento de aflição para pensionistas e aposentados, que estão sendo iludidos pela equipe econômica do governo com os empréstimos bancários consignados em folha de pagamento, anunciados como um grande bem para essa população. Isso é muito grave no País; tão grave, que o próprio Banco Central e a equipe econômica estão recuando e modificando as regras do jogo. Não é possível que a equipe econômica continue vendendo ilusões à população carente deste Estado, beneficiando mais uma vez os banqueiros do Brasil e os banqueiros internacionais.

Não existe negócio melhor no mundo do que esse empréstimo consignado em folha de pagamento. O Governo Federal avaliza os coitados do contribuinte, do aposentado e do pensionista. O aposentado vai ao banco pedir empréstimo, pagando juros de até 7% e sendo totalmente enganado pelo sistema financeiro, porque essas pessoas não sabem fazer conta de juros. A propaganda, para que não se torne tão enganosa como é, diz: "a partir de 2,85%".

O que haverá daqui a 90 dias? Vou dar um exemplo para sobre ele raciocinarmos. Aquele coitado que recebia R\$1.000,00 por mês passa a receber apenas R\$700,00. Se com R\$1.000,00 já estava em dificuldades para cumprir suas obrigações com aluguel, alimentação, escola dos filhos, etc., como vai sobreviver ganhando R\$700,00? Ele ganhava R\$1.000,00, e não dava conta; fez um empréstimo, não conseguiu sair de suas dívidas e ainda terá uma redução de 30% em seu salário.

Isso ocorrerá com os aposentados e pensionistas, como ocorreu com o Brasil. Privatizamos de forma equivocada nossas riquezas, como a Vale do Rio Doce, dizendo que o intuito era reduzir nossa dívida, que era de R\$65.000.000.000,00. Mas hoje nossa dívida está em mais de R\$1.000.000.000.000,00.

O aposentado, quando vir que seu salário e sua pensão não conseguem pagar suas despesas mensais, venderá a geladeira, depois de dois meses financiará outra geladeira, venderá o som, o carro velho, e sua dívida vai só aumentando, porque não conseguirá cumprir suas obrigações domésticas.

Essa é a denúncia que fizemos no início, quando o governo autorizou que qualquer banco, qualquer tamborete induzisse o coitado do aposentado a pedir empréstimo. Tomamos conhecimento de que alguns aposentados entregaram seus documentos, tiveram descontada a primeira prestação, mas não receberam o empréstimo.

Devemos dar atenção a esses fatos sérios, para que, futuramente, não fiquemos arrependidos de, para atender aos interesses de banqueiros, haver sacrificado a população mais necessitada e desprotegida deste Estado, que são os aposentados e os pensionistas. Não atentamos ainda para essa realidade. Fico bastante preocupado com isso, porque gosto muito de fazer contas, Sr. Presidente, em médio e longo prazos. Já estou vendo, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, pessoas preocupadas, porque fizeram o empréstimo, não resolveram o problema da dívida e estão recebendo 30% a menos em seus vencimentos.

Precisamos dar um basta nessa situação. Não podemos continuar com o pensamento de que tudo que se faz neste país tem o objetivo de atender aos interesses dos banqueiros, que nunca ganharam tantos recursos, tanto dinheiro e tanto lucro como agora. Há cerca de três meses, foi noticiado que os bancos tiveram lucro de R\$50.000.000.000,00 no primeiro trimestre, causando prejuízo àqueles que não conhecem o sistema financeiro, que não sabem calcular juros; que acreditam que juros de 6% são baixos. No final do ano, pagarão 60% de juros, numa inflação de 6%, embora tenham tido um aumento de apenas 7%. O salário mínimo teve um aumento de 15%.

Deputado Sebastião Costa, existe um absurdo maior. Existem empresas incitando os jovens a pedir aos pais que financiem motos, porque o banco emprestará o dinheiro. Às vezes, o jovem não trabalha, mas fica azucrinando o pai ou a mãe para que lhe comprem uma moto de presente, porque, conforme a propaganda, os bancos prometem que farão o financiamento.

O Deputado Sebastião Costa (em aparte) - Obrigado, Deputado Antônio Júlio. Cumprimento V. Exa. pela importância de seu pronunciamento. Essa propaganda de empréstimo para aposentados me fez lembrar da lenda do canto da sereia: no início, uma voz bonita, que encanta. Depois, conseqüências profundas para a vida de quem só tem a aposentadoria para se manter. Se, hoje, existe um saldo devedor, que necessita de um empréstimo para cobri-lo, imaginem daqui a algum tempo, quando o aposentado estiver recebendo a menos e com as mesmas necessidades de agora.

Deputado Antônio Júlio, parabéns pelo seu pronunciamento, pela sua preocupação com esse assunto. Está caracterizado que as despesas com todos os anúncios desse empréstimo serão repassadas ao custo que o aposentado terá de pagar. Parabéns, mais uma vez, Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Márcio Kangussu (em aparte) - Obrigado, Deputado Antônio Júlio. A fala de V. Exa. é muito oportuna, porque traz ao conhecimento desta Casa, para debate e reflexão, um tema tão importante. Estamos cansados de ver toda a população sendo enganada e explorada pelo sistema financeiro nacional.

No caso que V. Exa. aborda, realmente gera-se enorme dificuldade nas contas daqueles que precisam recorrer a esse tipo de empréstimo.

V. Exa., que tem uma história brilhante neste Parlamento, tendo sido até seu Presidente, apresenta o tema em hora muito oportuna, quando a Nação vive momentos de tensão, já que outros assuntos também nos causam profunda perplexidade. O que tem acontecido em Brasília nos envergonha, Sr. Presidente e caro Deputado Antônio Júlio, deixa-nos desapontados e, às vezes, faz-nos até ter vontade de abandonar a vida pública, pois a mídia nos joga a todos na vala comum. É preciso que nós, a partir de Minas Gerais, reajamos contra os descasos e desmandos que temos visto ultimamente.

Deputado Antônio Júlio, aproveito a oportunidade para mostrar que o Parlamento nos traz alegria também. Ontem, por não poder estar aqui à noite, assisti da minha casa ao encaminhamento do projeto do Sr. Governador do Estado que pede autorização a esta Casa para contrair financiamento do Prodetur e percebi que nem tudo está perdido, que o Parlamento, às vezes, aprimora e aproxima as pessoas. Foi com enorme satisfação que ouvi as palavras do Deputado Adalclever Lopes. Ele mostrou não só que tem princípios éticos, mas também que é um bom colega e que sabe reconhecer o trabalho de seus pares.

Deputado Adalclever Lopes, há seis anos neste Parlamento, tive como opção de trabalho os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, até porque ali nasci, fui Prefeito e ocupei vários cargos em nível regional. Infelizmente sou o único Deputado oriundo da região, neste Parlamento. Espero que na próxima legislatura as populações do Jequitinhonha e do Mucuri saibam escolher outros parlamentares que sejam vinculados de forma definitiva à região, que tenham compromisso com ela e que lhe tenham amor e respeito.

Quando era Chefe de Gabinete da Secretaria de Segurança, V. Exa. deve ter visto quantas vezes estivemos lá reivindicando ações para o Vale

do Jequitinhonha. Assim também foi na Secretaria de Obras, quando ocupavam a Pasta pessoas ligadas a V. Exa. Também neste Parlamento, na legislatura passada, criamos comissões para ir até Brasília reivindicar a inclusão do Vale do Jequitinhonha na Área Mineira da Sudene e a inclusão do Jequitinhonha e do Mucuri no Programa Alvorada.

Sempre batalhamos de forma intransigente em relação à BR-367. Conhecemos a estrada de Diamantina até Salto da Divisa, quilômetro por quilômetro. Sabemos da importância decisiva dessa rodovia para o desenvolvimento da nossa região. V. Exa., Deputado Adalclever Lopes, por fazer política na região, também a conhece. Tivemos oportunidade de chamar a atenção não só de V. Exa., mas também de outros Deputados, porque era o momento de termos o compromisso definitivo do governo do Estado e do governo federal para que a novela interminável dessa estrada tivesse um final feliz.

Há muitos dias temos trabalhado com alguns Deputados, principalmente com V. Exa., na busca de uma solução. Fizemos alguns encaminhamentos. Logicamente, ainda estamos longe da solução definitiva, mas temos esperança. E a esperança se renova com a postura de Deputados como V. Exa., que querem somar e agregar forças para resolver uma pendência que perdura há muito tempo.

O pronunciamento de V. Exa., ontem à noite, engrandece este Parlamento. Fico muito orgulhoso de ter recebido elogios de V. Exa. A minha vida pública se enriquece cada vez que nos aproximamos para compartilhar das mesmas ações, como sempre tem acontecido.

Não poderia perder esta oportunidade, principalmente estando na tribuna um Deputado da sua estirpe, que pertence ao PMDB, mesmo partido do Deputado Adalclever Lopes, a quem rendo as minhas homenagens.

Obrigado pela tolerância, Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio* - Caro Deputado Márcio Kangussu, o seu pronunciamento segue a lógica da opção que temos no governo federal para atender o sistema financeiro. Entendemos que cada governo deve fazer a sua opção, e o atual governo optou por beneficiar o setor financeiro.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* - Deputado Antônio Júlio, quero cumprimentá-lo pelos seus pronunciamentos sempre nos campos tributário, constitucional e do direito. Como conhecedor de toda essa problemática, particularmente dos empréstimos aos aposentados, V. Exa. faz uma profunda reflexão, que deve estender-se a todos. Sabemos que o ato perfeito, acabado, é o empréstimo. O contrato é um binômio de interesses e vontades. Muitas vezes, o contratante o faz por necessidade de pegar empréstimos, e o contratado, de apresentar a sua proposta da forma que entender e lhe convier. É necessário, Deputado Antônio Júlio, haver um debate profundo para que ações como essa que V. Exa. denuncia do Plenário desta Casa não sejam praticadas da forma e da maneira sistemática como estão acontecendo, tendo como foco principal os aposentados e todos os que necessitam de empréstimos pessoais.

Quero parabenizar V. Exa. e dizer que temos esse compromisso. Sob a liderança forte de V. Exa., poderemos nos aprofundar num debate público maior, convidar outras instituições, o governo federal, por seu representante na esfera do organismo financeiro, para proibirmos isso definitivamente ou, pelo menos, demonstrarmos a nossa preocupação e que o Parlamento mineiro tomará, com certeza, providências, visando, acima de tudo, ao interesse público, que é o interesse do povo mineiro.

Saúdo V. Exa. porque a sua explanação é muito importante. Agora há pouco conversei com o Deputado Adelmo Carneiro Leão. Realmente, o assunto é pertinente, é nosso, e V. Exa. suscita essa discussão com muita propriedade. Temos de fazer uma discussão mais apurada para que o Parlamento se posicione em defesa do nosso povo.

Deputado Leonardo Quintão (em aparte)* - Muito obrigado pelo aparte, companheiro Antônio Júlio. Venho aqui também trazer a minha indignação em relação às propagandas vinculadas em âmbito nacional sobre empréstimo descontado na folha dos aposentados. Juros subsidiados, no meu modo de entender, como economista, não podem ser maiores que 6% ao ano. O governo federal tem condição de dar isso aos aposentados, como faz em relação a certos financiamentos da área da agricultura e de outras áreas. Infelizmente, podemos ver que os juros variam de 3,5% a 5% ao mês. Como V. Exa. disse, isso conduz a um círculo vicioso, reduzindo a capacidade de compra do aposentado e, com isso, afetando a sua vida pessoal e familiar.

Nobre companheiro Antônio Júlio, trago também outro problema grave, que afetará a vida dos aposentados do Brasil. As farmácias de manipulação, por meio de uma portaria da Anvisa, estarão proibidas de manipular vários remédios a partir deste ano. Por serem manipulados, os remédios têm seu preço reduzido em até 80%. Portanto, essa medida afetará o orçamento do povo brasileiro e, principalmente, do aposentado brasileiro, que, infelizmente, pagará mais caro pelos remédios, a partir deste semestre. Em Minas Gerais há mais de 1.500 farmácias, onde o aposentado tem condição de ir, de receber atendimento personalizado, de levar a sua receita e tê-la manipulado de acordo com a lei, com os preceitos farmacêuticos. Infelizmente, a Anvisa editou portaria que proíbe que todos os medicamentos produzidos em massa pelos laboratórios, de forma industrial, sejam manipulados. Nobre colega Adelmo, de uma hora para outra, a Anvisa não confia mais nas farmácias de manipulação. Senhoras e senhores, caros colegas Deputados, Deputado Antônio Júlio, não é por aí. Isso afetará o orçamento do povo brasileiro, que, graças a Deus, por meio das farmácias de manipulação, tem condição de adquirir medicamentos mais baratos. É isso que o povo brasileiro e os Deputados Estaduais e Federais têm de apoiar: medicamento mais barato para o aposentado, para as mães e os pais de família. Essas farmácias estão abertas porque estão dentro da lei. A Constituição Federal permite que os negócios que estejam dentro da lei e pagam os seus impostos possam fabricar, como já foi mostrado pela imprensa nacional, produtos mais baratos. Não podemos aceitar esse "lobby" de querer fechar as farmácias de manipulação e, com isso, impedir que o pobre aposentado, massacrado por receber uma pequena aposentaria, compre medicamento manipulado, com 50% de desconto. Muito obrigado pela sua paciência, Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio* - Obrigado, Deputado Leonardo Quintão. Concedo aparte ao nosso colega que muito entende de medicamentos, foi grande batalhador para modificar todo esse sistema, Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte)* - Deputado Antônio Júlio, agradeço-lhe a oportunidade de poder compartilhar este momento importante de aflição e de preocupação do País em relação, principalmente aos aposentados, que vivem situação de grandes dificuldades e desafios. Na verdade, precisamos aprofundar essa discussão. V. Exa. ressalta um fator muito importante: a questão dos gastos maiores dos aposentados com medicamentos

Precisamos avançar cada vez mais neste país, para cumprir-se a determinação constitucional de que saúde é direito de cidadania e dever do Estado. O Estado, em todos os níveis, deve cumprir o seu dever com a população de modo geral e, de modo muito especial, com nossos aposentados.

Compartilho com V. Exa. a preocupação em relação aos empréstimos que estão sendo feitos. A propaganda é realizada por artistas importantes, queridos da sociedade, que estão emprestando ou vendendo seus nomes para enganar a população, sacrificando-a com juros escorchantes, da ordem de 60%, 70%, 80% ao ano. Precisamos discutir isso com mais seriedade aqui, no Congresso Nacional, em todos os lugares.

Também pedi aparte para dizer ao nobre Deputado Leonardo Quintão que sua afirmação em relação à Anvisa é equivocada. A Anvisa encaminhou uma proposta para a sociedade discutir. Já fizemos uma primeira audiência pública. Estivemos em Brasília conversando com a direção da Anvisa para que fosse prorrogado o tempo da consulta popular. Não é uma portaria determinando o que o Deputado Leonardo Quintão disse. Na consulta, há dados que entendemos equivocados, e sugestões como as criticadas pelo Deputado Leonardo Quintão. Mas não é uma portaria, não é uma determinação, é uma consulta. Como consulta, temos de louvar a Anvisa.

Vi Deputados participando da audiência pública condenando a consulta equivocadamente, com o afã de aparecer perante a sociedade, de mostrar serviço. Eles se enganaram quando condenaram a consulta popular. Temos de nos debruçar sobre a consulta para ver o que há de errado, o que podemos sugerir. A consulta não está aí só para ser condenada, mas para acolher propostas. Já fizemos uma audiência pública sobre isso, faremos outra.

Consideramos que as farmácias de manipulação são muito importantes, um local para confrontar e combater os grandes "lobbies" e os grandes cartéis, as multinacionais que produzem medicamentos. Nessa consulta, temos de discutir como vamos, por intermédio das farmácias de manipulação, dar um passo à frente, preocupando com a matéria-prima. Essa consulta nos permitiu, na audiência pública, discutir e refletir sobre isso. Às vezes falamos em manipulação, mas a matéria-prima tem de vir da Índia, da China, dos Estados Unidos, da Europa. Não poderíamos fazer aqui? Não está na hora de o Brasil, de os governos federal e estadual e os empresários investirem na pesquisa, na ciência, para produzir aqui o que podemos e sabemos produzir? Há muita coisa produzida lá fora com matéria que sai daqui, de nossas florestas, da nossa terra, e depois é manipulada, especializada um pouquinho e vem com o preço multiplicado por 10, por 20 ou por 30.

Quero deixar registrado que não é possível, não é oportuno, não é lógico condenarmos uma consulta. Se é uma medida drástica, se favorece a alguém, estarei do lado do Deputado Leonardo Quintão e de todos aqueles que querem fazer da farmácia de manipulação um espaço de enfrentamento dos grandes "lobbies" e grandes cartéis que existem na indústria farmacêutica em nosso país.

Agradeço-lhe muito a oportunidade e quero, mais uma vez, Deputado Antônio Júlio, compartilhar com V. Exa. dessa preocupação. Acho que é muito perigoso - mais do que isso, é afrontoso - promovermos, propagandarmos, fazermos uma campanha de empréstimo para sacrificar ainda mais aqueles que já estão sacrificados, os nossos aposentados. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Júlio* - Obrigado, Deputados Adelmo Carneiro Leão e Leonardo Quintão. Para vocês verem como esse projeto do Deputado Leonardo Moreira pode se desdobrar na discussão. Quando falamos que no genérico tem de estar afixado, por que não também nos similares, que têm o preço bastante diferenciado dos de marca? Como a população pagará, Deputado Dalmo Ribeiro Silva? Como o aposentado pagará o empréstimo, como disse o Adelmo Carneiro Leão, com juros de 80% ao ano?

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva sugeriu, e apresentamos um requerimento para discutir o endividamento do Estado. O governo Eduardo Azeredo não teve como peitar o governo de Fernando Henrique naquele momento, porque queriam, com a mesma lógica de hoje, da equipe econômica, beneficiar o sistema financeiro, impondo a Minas uma negociação terrível.

Se algum de nós tivesse capacidade ou vocação para ser banqueiro, aquele teria sido um grande momento, pois o governo beneficiou o Itaú, o Bradesco e todos os especuladores. E o pior: naquela época, a dívida era de R\$18.000.000.000,00. Hoje o Estado de Minas não tem 12% para investir na saúde. Ele tem de maquiar, de acertar. Os Estados todos fazem isso. Nós custamos a investir 12% na saúde. Temos de pagar 13% de juros. Os 13% que o Estado tem de retirar de seus cofres só pagam 35% dos juros. Os 65% que restam vão englobando todo aquele valor. De acordo com a informação do Prof. Anastasia, há uns 30 dias, isso vai chegar, no final do Governo Aécio Neves, a R\$50.000.000.000,00. O mais grave é que já pagamos quase R\$24.000.000.000,00 de uma dívida de R\$18.000.000.000,00. Isso vai acontecer com o aposentado. Quando ele não tiver seus recursos, que já foram pagos adiantadamente, irá ao agiota, pagará juros de 8%. No final, estará na mesma situação de Minas Gerais. O Estado não tem como quebrar, mas a dívida está astronômica. Quanto mais ela aumenta, mais os 13% oneram os investimentos.

O Deputado Ermano Batista (em aparte)* - Caro colega, Deputado Antônio Júlio, permito-me, mesmo sem procuração, discordar de V. Exa. e defender o comportamento do ex-Governador Eduardo Azeredo. V. Exa. sabe perfeitamente que Eduardo Azeredo assumiu o governo numa situação muito difícil, pois o Estado rolava uma dívida diariamente. Ela crescia anualmente mais de 60%. Na ocasião, Eduardo Azeredo foi o primeiro a gritar e a convencer o governo federal a assumir essa dívida. Se isso não houvesse acontecido, com certeza ela estaria na faixa de R\$150.000.000.000,00. Na ocasião, cantaram-se loas a Eduardo Azeredo pelo bom negócio que fez para Minas Gerais.

Os tempos são outros. Tanto é que o próprio PT acusou a negociação no momento em que assumiu o poder. O Ministro Antônio Palocci, um dos poucos homens sérios do governo federal, disse que o negócio feito por Fernando Henrique com os Estados foi de pai para filho.

Então, veja V. Exa. que, se a dívida estivesse rolando hoje, não seriam 7,5%, mas, no mínimo, a taxa selic, 19,75%, mais a TJLP. Com certeza, essa dívida crescerá de forma assustadora, como ocorre com a do Brasil. Veja V. Exa. que, não obstante o sacrifício imposto à população brasileira, o que gerou um superávit fiscal enorme a custas da falta de investimento e do sucateamento da máquina administrativa, não obstante o pagamento de mais de R\$50.000.000.000,00, a dívida do Brasil, no mês de maio, cresceu ainda US\$19.000.000.000,00. Vivemos em uma situação difícil. Hoje a dívida nacional é falada em termos de real, porque o dólar está R\$2,34. Se houver qualquer reviravolta na economia internacional e, com o câmbio corrigido, o dólar for para R\$3,00, calcule V. Exa. quanto será a dívida do Brasil. Entenda, Deputado Antônio Júlio, V. Exa. tem razões sobejas para reclamar e se preocupar com esse crescimento monstruoso, com essa bola de neve relativa à dívida de Minas e do Brasil, mas não tem direito de tripudiar quanto ao comportamento do atual Senador e ex-Governador Eduardo Azeredo, porque, naquela ocasião, ele fez um grande negócio para Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Júlio* - Agradeço as palavras do Deputado Ermano Batista, mas desejo dizer que posso fazer este pronunciamento, porque, na época da negociação da dívida, fiz este mesmo pronunciamento. Uma das grandes decepções que tive com os economistas e com aqueles que direcionam a nossa economia foi quando ouvimos do então Secretário João Heraldo - e citarei o nome, porque isso deve constar dos anais da Casa - que sabia que a negociação era nefasta. Ele sabia que o Estado de Minas Gerais teria um grande prejuízo, mas que era um grande negócio. Disse para ele, naquele momento, que me retiraria, e não sei se V. Exa. estava presente na reunião, porque meu pai me ensinou - e penso que ele tem lógica, pois está com mais de 100 anos de vida - que negócio bom é aquele que dá lucro. Não questiono se houve ou não má-fé do ex-Governador Eduardo Azeredo, e o Estado de São Paulo negociou em uma situação muito melhor que a de Minas, que devia ter reagido. O ex-Governador Itamar Franco, no início do seu governo, tentou reagir a isso. Não temos 12% para investir na saúde, mas somos obrigados a pagar 13% de juros, e essa é a discussão, Deputado Ermano Batista.

O Deputado Ermano Batista (em aparte)* - Exa., a reação de Itamar levou Minas a pagar ao Governo Lula R\$30.000.000.000,00 de multa. Reação negativa é vitória de Pirro, em que o ganhador sai perdendo.

O Deputado Antônio Júlio* - Essa é questão de posicionamento ideológico-partidário, Deputado, e não irei para esse lado. Já que V. Exa. quer falar em ex-Governadores, foi o ex-Governador Itamar Franco que impediu a venda da Cemig, e nós tivemos uma grande participação nisso. Quando falo "nós", são todos os Deputados que não concordaram, naquele momento, com aquela negociata feita. Digo "negociata", porque ela ocorreu mesmo e foi apurada pela CPI.

Então, esses questionamentos que fazemos prevêm o futuro. Relatamos o endividamento do Estado e da União, para fazer um paralelo com o coitado do aposentado que estará nessa situação em 90 dias. É lógico: qualquer um que tiver bom senso e souber fazer conta de juros e percentuais... Penso que há grandes administradores que não sabem fazer conta de 10%, esquecendo-se de que hoje 2%, 3% ou 4%, na nossa economia, é um valor muito diferente do que era há 10 anos, quando havia inflação e não sabíamos o que eram 5%, 8% ou 10%, pois não tínhamos tempo para fazer conta.

Mas hoje temos como fazer essas contas. Como pode um aposentado pagar 70% de juros durante o ano e receber 6% de aumento em seu pecúlio, na sua receita?

Essa discussão precisa ser realizada não para massacrar quem quer que seja, mas para fazer o nosso país tomar uma direção. Não podemos continuar como estamos. O governo Lula tem que abrir os olhos. Não pode fazer opção pelo setor financeiro. Isso é um equívoco muito grande. Enquanto faz um superávit de R\$50.000.000.000,00, não há R\$1.000.000,00 para investir na BR-262, onde morrem pessoas todo dia, já que a estrada está muito precária. Cobramos, cobramos, mas ninguém toma decisão, porque não há recursos para fazer o empenho da obra contratada, já que tem que sobrar dinheiro para pagar os juros da dívida.

Acho que a Assembléia pode ter uma participação bastante efetiva nessa discussão nas Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira, para alertarmos aqueles que fazem a nossa economia de que, da forma como está, o País está quebrado e irá falir. O fato de o governo autorizar empréstimos para os aposentados fará com que outra grande parte da sociedade também esteja quebrada daqui a três anos, porque não conseguirá saldar suas dívidas e manter a sua vida diária com o pagamento de aluguel, alimentação, luz, água, telefone e escolas para as crianças. Aí se endividará como o Brasil se endividou.

É isso que estamos levantando. Espero que os Srs. Deputados, mesmo com o Plenário vazio, posteriormente tomem conhecimento do nosso pronunciamento, que, aliás, já foi feito há três meses na Comissão de Defesa do Consumidor. Infelizmente, não estamos cuidando dos grandes temas deste país, por isso a equipe econômica faz o que quer. A sociedade já não reage, o aposentado já não reage, porque recebeu 6% de aumento.

Não conseguimos fazer manifestação em favor da melhoria de nossas estradas, que estão em estado precário, já não conseguimos trazer os sindicalistas, que sempre lotaram esta Casa, para fazerem suas reivindicações. O povo se acomodou, o povo está triste; são tantas as dificuldades, que já não está conseguindo manifestar-se. Além do mais, não há os que se manifestam a favor da população; por isso, nós, do PMDB, começaremos a levantar essas bandeiras. Nós, que participamos da democracia deste país ajudando a derrubar a ditadura, também derrubaremos a ditadura econômica que foi imposta ao povo brasileiro. Nós hoje estamos calados, acovardados. Toda a imprensa está sendo manipulada pelo poder econômico; mas precisamos fazer essa manifestação a favor do povo mineiro e, com certeza, a favor do povo brasileiro.

Não podemos deixar a situação continuar como está. O Parlamento tem de reagir. Temos visto as propagandas de instituições que oferecem empréstimos pelo 0800. Tudo isso é mentira. Desconta-se um ou dois pagamentos do aposentado, mas o dinheiro que pediu emprestado não chega. Fazem pior que os agiotas a quem vemos nas ruas, os quais enganam a população. Fazem pior que os estelionatários. O sistema financeiro está dando um golpe em cima dos nossos aposentados. Isso é estelionato e precisa ser barrado.

Precisamos reagir em nome daqueles que não sabem o que são juros de 3%, 4%, que não lêem contratos. E o pior de tudo, o que me deixa mais triste, é que o governo federal banca isso.

O Deputado Rêmoló Aloise (em aparte)* - Neste momento, primeiramente gostaria de elogiar V. Exa. pela maneira como vem defendendo os aposentados. Acho um absurdo retirar o mínimo daqueles que, depois de 35 anos, recebem no máximo alguns salários; mas V. Exa. se está esquecendo de outras questões. Temos dentro desta Casa um instituto de agiotagem que também está usando dinheiro desta instituição para fazer empréstimos aos funcionários com taxas muito superiores às que V. Exa. está relatando dessa tribuna. Acho que a questão é bem maior.

V. Exa., como foi Presidente da Casa, deve conhecer bem os mecanismos de uma tal de Cofal. Precisamos também examinar essa questão. Ela está autorizada a praticar as taxas que pratica? Entendo que sim, mas, se é para se combater... Quando esse Banco do Pentagna Guimarães, o BMG, começou a fazer um trabalho, sem autorização desta Casa, para descontar em folha dos funcionários públicos do Executivo, procuramos impedir, e não conseguimos. Gostaria que V. Exa. acatasse, em seu pronunciamento, uma auditoria nessa Cofal, que está espoliando o dinheiro dos funcionários da Casa. Entendo que V. Exa., como grande financista, que entende da economia nacional, entende também que a economia legislativa está bem menor do que a nacional. Faço coro com V. Exa. Quem sabe uma comissão especial para saber sobre a URV desta Casa? Quando pagaremos aos funcionários que têm direito? Quem sabe fazemos uma compensação? Vamos pagar a URV com a taxa praticada pela Cofal, porque não tem cabimento aqueles que têm para receber, e V. Exas. sabem que são mais de R\$140.000.000,00, receberem "seco" e pagarem juros acima de 2%. Acho que V. Exa. deveria cuidar também dessa questão.

Como me levantei um pouco agitado nesta manhã, acho que muitas coisas nesta Casa precisam ser esclarecidas. E essa Cofal precisa ser examinada. Muito obrigado, Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Deputado Rêmoló Aloise, só quero dizer que não sou economista nem especialista. Sou lá de Pará de Minas e aprendi a fazer conta no balcão, onde aprendi a ganhar minha vida. Com minha modéstia, sei fazer contas muito melhor do que muito economista formado. Disso tenho certeza. Não tenho nenhuma dúvida de que posso enfrentar qualquer desses economistas de plantão, que só sabem conta de números, e não sabem ver o resultado que dá. Isso, com certeza. A questão interna da Casa, Deputado Rêmoló Aloise, não quero levantá-la. V. Exa. é o 1º-Vice-Presidente e poderia tomar as providências, que estaríamos de acordo. Aqui não se trata dessa questão. Estamos discutindo algo que diz respeito aos aposentados em geral, inclusive os aposentados da Assembléia, se também estiverem nessa dificuldade, entrariam nesse bolo.

O Deputado José Henrique (em aparte) - Estou "pegando o bonde andando", mas ouvi as palavras do Deputado Rêmoló Aloise, em aparte, dizendo do instituto de agiotagem. Temos até uma frente de cooperativismo, à qual sou filiado. A Cofal é uma cooperativa de crédito que foi criada pelos servidores desta Casa. Sou também filiado à Credicoop, cooperativa de crédito rural no Município de Conselheiro Pena. Como cooperativa de crédito, é uma instituição financeira cooperativa, portanto, trabalha com juros. Sabemos que as taxas de juros praticadas neste país são absurdas. E as cooperativas de crédito são as que praticam as taxas de juros mais baixas neste país, hoje; portanto, acredito que, como membro da Mesa desta Casa, quando ele, com suas palavras, suscita dúvidas sobre essa cooperativa de crédito, seria bom que pudéssemos conhecer melhor a atuação da Cofal nesta Casa. É uma instituição firme. Faz empréstimos porque é uma instituição financeira. Falou-se em URV. Realmente, praticou-se um crime contra o servidor público nesta Casa, porque era direito de todo servidor receber a URV, e se passaram anos sem recebê-la. Até hoje esta Casa deve a URV ao servidor. Agora mesmo, esta Casa está aprovando crédito suplementar para a quitação desse débito. Esperamos que a Casa possa pagar ao servidor a URV.

Realmente, por falta de aumento, os servidores públicos têm recorrido a empréstimos. Acredito que, se formos procurar empréstimos no Banco do Brasil ou em outros bancos, em instituições bancárias neste Estado, com certeza encontraremos juros muito mais altos do que os praticados pela nossa cooperativa de crédito, a Cofal.

O Deputado Rêmoló Aloise (em aparte)* - Nobre Deputado Antônio Júlio, gostaria de agradecer ao nobre Deputado José Henrique, "expert" em

assuntos e questões legislativas, o qual não só está abrilhantando este Plenário, mas também é funcionário desta Casa. Está aqui há alguns anos, e acho que conhece bem o meu posicionamento. Defensor dos funcionários no que tange à URV, fez um trabalho brilhante para que a Mesa, com o apoio de todos os seus membros, iniciasse o pagamento. Isso foi feito, houve a suspensão por questões jurídicas, e agora o pagamento voltou a ser feito. Quando venho dizer que está errado funcionários da Casa pagarem juros acima dos que seriam o ideal, apenas estou dizendo que não são só os aposentados. Fazendo coro com o que disse o Deputado Antônio Júlio, digo que esta Casa tem um número de 40% dos 4.300 funcionários que se encontram nas fileiras dos aposentados.

Deputado José Henrique, a cooperativa a que V. Exa. se referiu, se não me engano, é de uma cidade com população menor que 4 mil habitantes. Não é isso?

O Deputado José Henrique (em aparte) - Deputado Rêmoló Aloise, falei sobre a Credicoop, que é uma cooperativa do Município de Conselheiro Pena, que tem mais de 20 mil habitantes e que hoje abrange uma região. Ela já tem agências em outros municípios.

O Deputado Rêmoló Aloise (em aparte)* - Se não estou equivocado, há pouco tempo estávamos conversando sobre o lucro das cooperativas e trocamos idéia sobre uma cidade pequena onde V. Exa. tem reduto eleitoral e que estava dando lucro, mesmo praticando taxas de juros menores do que as do mercado financeiro.

Então, nobre Deputado José Henrique, quando disse isso, é porque temos que rever a questão dos funcionários desta Casa. Aqui tem uma cooperativa que faz negócios financeiros cujas taxas praticadas estão acima do que deveria ser. O meu questionamento é para examinar a questão interna desta Casa. Quando Antônio Júlio fala sobre os aposentados, estou unindo meu pronunciamento àqueles que também aqui são aposentados. O meu pensamento pega um universo maior, e não somente a questão da previdência social. Temos que olhar o todo.

Deputado Antônio Júlio, como atual membro da Mesa e ocupante de vários cargos anteriormente, acho que chegou a hora de darmos uma olhada nas questões que envolvem todo esse processo. Temos que examinar a Cofal, temos que saber como funciona essa cooperativa. Ela nasceu aqui dentro, está aqui dentro, é uma excelente cooperativa, deu um lucro astronômico, é um exemplo de cooperativismo, não só estadual, mas nacional, mas que não pode praticar taxas estorsivas. A URV está sendo paga sem correção. Quanto dá uma correção? Quem dá dinheiro dado para alguém? Ou os funcionários desta Casa não estão precisando receber o direito corrigido? Essa é a minha questão. Quem sabe fazemos uma compensação com o lucro da Cofal e praticamos a URV corrigida. Se existe suplementação de R\$23.000.000,00, cuja redação final votamos na semana passada, quem sabe esses R\$23.000.000,00 não poderão ser para quitar, corrigidamente, as URVs? Estou defendendo uma questão na qual temos que nos aprofundar. Existem outras questões sobre as quais vou me reservar, neste momento, o direito de não citar porque não tenho ainda documentos que possam dizer de outras correções que deverão ser examinadas aqui dentro.

O Deputado José Henrique (em aparte) - Acho que, como instituição financeira, mesmo sendo uma cooperativa de crédito, está sob a fiscalização do Banco Central e do Bancoob. Nós, como parlamentares, estamos na função de fiscalizar. Já que é uma cooperativa de crédito dos servidores, vamos conhecê-la. Ela é transparente, possui um conselho e também sofre a fiscalização do Banco Central. Acredito que a Mesa desta Casa deva fazer um levantamento sobre a URV. Sabemos que mais de mil servidores já receberam o total do que deveriam receber. A partir de agora, aqueles que têm o restante a receber deveriam ter esse débito revisto. De repente, o recurso que houver deveria ser usado para quitar a dívida com os servidores.

Estavam pagando uma parcela muito pequena, por isso os servidores estavam sendo obrigados a recorrer a empréstimos, pelo quais pagavam juros altos. Repito: os juros cobrados pela Cofal são de mercado; aliás, abaixo do mercado financeiro das instituições privadas do Estado.

O Deputado Antônio Júlio* - Agradeço o aparte aos Deputados Rêmoló Aloise e José Henrique. Encerrarei a discussão sobre o projeto de lei do Deputado Leonardo Moreira, que é importante, porque falamos de tudo, até mesmo do pagamento. O PMDB, por sua Liderança, aprovará o projeto.

Gostaria que este pronunciamento servisse de reflexão para todos os Deputados. Que todos, em casa, reflitam sobre o que podem fazer para mudar este país. Começemos pelo empréstimo aos aposentados. Temos de discutir o endividamento de Minas e do Brasil, que é grande e sério.

A Sra. Presidente (Deputada Maria Olívia) - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Encerramento

A Sra. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 22/6/2005

Presidência do Deputado Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 2.230, 2.231 e 2.232/2005 e dos Projetos de Lei nºs 1.046/2003 e 2.311/2005; aprovação - Votação de Requerimentos: Requerimento da Comissão Especial das Estâncias Hidrominerais do Sul de Minas; aprovação - 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.609/2004; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 639/2003; aprovação na forma do Substitutivo nº 1; prejudicialidade do Substitutivo nº 2 - Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.387/2005; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 2.017/2004; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 367/2003; aprovação com a Emenda nº 1 - Discussão, em 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.653 e 1.725/2004, aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.727/2004; discurso do Deputado Irani Barbosa; questão de ordem; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adalclever Lopes - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlos Gomes - Carlos

Pimenta - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Elisa Costa - Ermano Batista - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jesus Lima - Jô Moraes - João Leite - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 20h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e requerimentos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que, na reunião ordinária realizada hoje à tarde, foram recebidas as Mensagens nºs 393 e 394/2005, do Governador do Estado, encaminhando os Projetos de Lei nºs 2.416 e 2.417, respectivamente.

Discussão e Votação de Pareceres

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 2.230/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 5/2004; 2.231/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 10/2005, e 2.232/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 6/2004 (À promulgação.); e os Projetos de Lei nºs 1.046/2003, do Deputado Sebastião Helvécio, que dispõe sobre consulta odontológica com avaliação periodontal no acompanhamento pré-natal na rede pública de Minas Gerais, e 2.311/2005, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$22.000.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais (À sanção.).

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Sobre a Mesa requerimento da Comissão Especial das Estâncias Hidrominerais do Sul de Minas, solicitando que seu objeto de estudo seja ampliado às demais estâncias hidrominerais do Estado. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se. A Presidência informa ao Plenário que a referida comissão passa a ser denominada "Comissão Especial das Estâncias Hidrominerais".

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 87, 165, 953 e 1.089/2003, 1.501, 1.541, 1.656, 1.743, 1.840, 1.842 e 1.861/2004 e 2.178/2005 e o Projeto de Lei Complementar nº 58/2004, apreciados na reunião extraordinária realizada ontem, à noite, e o Projeto de Lei nº 1.271/2003, apreciado na reunião extraordinária realizada hoje, pela manhã.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.609/2004, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação, pelas farmácias e drogarias, de lista com relação dos medicamentos genéricos. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 639/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a defesa agropecuária, cria o fundo estadual que especifica, e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Política Agropecuária opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Política Agropecuária. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Política Agropecuária, que opina pela rejeição do Substitutivo nº 2. Nos termos do inciso IV do art. 279 do Regimento Interno, o Substitutivo nº 1 terá preferência na votação. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, fica prejudicado o Substitutivo nº 2. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 639/2003 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.387/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 2/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À

Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 2.017/2004, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 367/2003, do Deputado Bilac Pinto, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Rita de Caldas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 367/2003 com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.653/2004, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Guarará. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.725/2004, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muzambinho o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.727/2004, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar à Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - Cohab-MG - o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Irani Barbosa.

O Deputado Irani Barbosa* - Sr. Presidente, não demorei mais que 5 minutos. Vi o projeto e parece-me que o imóvel está sendo doado à Cohab para atender à demanda crescente de moradia no nosso Estado, o que é muito justo. Muitas pessoas não podem hoje comprar sua casa própria.

Vendo televisão, lembrei-me da época do governo Collor, quando havia um grande número de denúncias. Só deixaram de lado a mão armada. Vimos, há tempos atrás, que em 1978, quando o ex-Presidente Tancredo Neves candidatou-se a Senador, surgiu um partido que vivia escondido dentro do PMDB porque não tinha coragem de enfrentar a ditadura.

Alguns fingiam ser expulsos do País, mas corriam para viver folgadoamente em outros países, financiados por ditaduras, como a patrocinada pelo caquético, arcaico e detonador dos direitos humanos, o escravagista Fidel Castro. Esse pessoal viajava para o Chile, para a França e para outros países que abrigavam terroristas, quadrilhas de assalto a bancos e batedores de carteira que diziam estar fazendo guerrilha.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao Deputado Irani Barbosa que se atenha ao projeto em discussão.

O Deputado Irani Barbosa* - Estou fazendo um preâmbulo para chegar exatamente à nossa época, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita a V. Exa. que se mantenha na discussão do projeto.

O Deputado Irani Barbosa* - Estou fazendo um preâmbulo para chegar exatamente ao tempo atual, Sr. Presidente. Iniciei com uma história de 1978.

O Sr. Presidente - Solicito que se atenha ao projeto em discussão, para evitar que a Presidência tenha de cassar a palavra de V. Exa.

O Deputado Irani Barbosa* - Estou narrando uma história que, obviamente, ofende algumas pessoas por quem V. Exa. nutre um enorme carinho nesta Casa. Como não compartilho disso, V. Exa. tem todo o direito de cassar a minha palavra, mas pretendo chegar aos dias de hoje a partir de uma história que gostaria de contar e que tem relação com o que estamos fazendo nesta Casa, pois, agora mesmo, assistimos a isso pela televisão. V. Exa. tem todo o direito de cortar a minha palavra no tempo que quiser, mas o Deputado tem o direito de fazer o preâmbulo que lhe convier.

O Sr. Presidente - A Presidência comunica ao Deputado Irani Barbosa que as reuniões extraordinárias convocadas são destinadas a votação. As reuniões ordinárias, que acontecem de terça a quinta-feira, às 14 horas, dispõem de um tempo para o pinga-fogo, para os oradores inscritos fazerem pronunciamento de até 1 hora. Gostaria que V. Exa. deixasse para fazer o seu preâmbulo na reunião ordinária de amanhã, como o Regimento permite, para que, nesta noite, possamos votar os projetos.

Questão de Ordem

O Deputado Irani Barbosa - Amanhã, o projeto já terá sido votado. V. Exa. poderia encerrar a reunião agora, para que eu possa terminar o meu discurso amanhã.

O Sr. Presidente - A Presidência, acatando a solicitação do Deputado Irani Barbosa, encerrará a reunião neste momento.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 23, às 9 horas, e para a reunião especial também de amanhã, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a reunião ordinária na mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Márcio Kangussu, Biel Rocha, Antônio Júlio e Domingos Sávio, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Adalclever Lopes, Dinis Pinheiro, Fábio Avelar, Irani Barbosa e Leonardo Quintão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Kangussu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Biel Rocha, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir o depoimento do Frei Gilvander Luís Moreira, Coordenador do Movimento Capão Xavier Vivo, e do Sr. Fernando Lage de Melo, Subsecretário de Desenvolvimento Minerometalúrgico do Estado de Minas Gerais, e solicita ao Deputado Antônio Júlio que proceda à leitura da seguinte correspondência: Ofícios nºs 91 e 92/2005, de 7/6/2005, encaminhados pela Empresa Minerações Brasileiras Reunidas - MBR, em resposta aos Ofícios nºs 33, 41 e 48/2005/CPI. Os convidados, cada um por sua vez, fazem sua qualificação e tecem suas considerações iniciais e, em seguida, são questionados pelos membros da Comissão. Na fase de discussão e votação de proposições da Comissão, são submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os requerimentos dos Deputados Antônio Júlio (3), solicitando seja realizada, pela Comissão, inspeção "in loco" na estação ecológica de Fechos, a fim de verificar se houve a invasão daquela estação pela MBR; sejam convidadas a prestar esclarecimentos perante esta Comissão as Sras. Marília Bourchardet e Valéria Caldas, técnicas da Copasa, que compuseram o grupo de trabalho responsável, no âmbito da APA-Sul, por empreendimentos da MBR; e seja convidado a prestar esclarecimentos a esta Comissão o Sr. Carlos Eduardo Dutra Pires, Promotor de Justiça da Comarca de Brumadinho; Domingos Sávio, pleiteando sejam solicitadas à Feam informações sobre o atendimento das condicionantes relativas à concessão das licenças prévias de instalação e de operação para o empreendimento da Mina Capão Xavier, de responsabilidade da MBR; Fábio Avelar, solicitando seja convidado a prestar informações a esta CPI o Sr. Waldir Salvador de Oliveira, Presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais - Amig; Irani Barbosa, solicitando seja formulado apelo à Copasa para que informe a esta Comissão se houve autorização para prospecção na Estação Ecológica de Fechos; Adalclever Lopes (2), solicitando seja realizada visita à Mina de Águas Claras, ao Pico do Itabirito e ao local denominado "Tejuco", em Brumadinho; e seja convidado a prestar esclarecimentos a esta Comissão o Sr. Carlos Eduardo Leite Santos, funcionário da MBR, citado como responsável pela invasão da Estação Ecológica de Fechos, no boletim de ocorrência realizado. O Presidente informa que o teor desta reunião, consta, na íntegra, nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a participação do Frei Gilvander Luís Moreira e do Sr. Fernando Lage de Melo, pelas informações prestadas, agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de junho de 2005.

Márcio Kangussu, Presidente - Domingos Sávio - Antônio Júlio - Dinis Pinheiro - Biel Rocha.

ATA DA 8ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Participação Popular NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 16/6/2005

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados André Quintão e Adalclever Lopes (substituindo este ao Deputado Sávio Souza Cruz, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Laudelino Augusto. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Laudelino Augusto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, os mecanismos de participação popular no Sul de Minas e comunica o recebimento de ofícios do Sr. Marcus Pestana, Secretário de Saúde, prestando informações em atenção aos Requerimentos nºs 3.879 e 3.875/2004 (publicados no "Diário do Legislativo" de 16/6/2005). Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados André Quintão, Ricardo Duarte e Rogério Correia e da Deputada Maria Tereza Lara, em que pedem a realização de reunião para discutir, em audiência pública, com os convidados que mencionam, a situação dos Centros Sociais Urbanos localizados nos Bairros Eldorado e Amazonas, em Contagem, em razão da necessidade de renovação de contratos com o Estado de Minas Gerais; e dos Deputados André Quintão e Jésus Lima e das Deputadas Elisa Costa e Maria Tereza Lara, em que solicitam a realização de reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, para discutir, em audiência pública, com os convidados que mencionam, o cronograma de implantação do Programa Luz para Todos. Registra-se a saída do Deputado Adalclever Lopes. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados, que discorrerão sobre o assunto mencionado no início desta ata. Registra-se a presença de Célio Cruz, Assessor do Secretário Nacional de Articulação Social, representando Sílvio dos Santos, Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República; Maria Gorete Siqueira Rodrigues, ex-Presidente da Central das Associações de Moradores Urbanos e Rurais de Itajubá - Camuri -, representando Darci Ribeiro da Mata, Presidente dessa instituição; Rosana Ramos de Souza, voluntária do Movimento Voto Consciente, e Antônio Carlos Coutinho, professor e consultor de projetos educacionais no Sul de Minas, de Pouso Alegre, representando Agnaldo Perugini, Presidente da ONG Voto Consciente; Regina de Fátima Ferreira Silva, da Escola Estadual Virgílica Paschoal e Presidente da Cooperativa das Colchas de Retalhos e Assessorias - Cora-Minas -, em Pouso Alegre; e João Ricardo Bolzoni Ilha, Vereador de São Lourenço, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Laudelino Augusto, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de junho de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente - André Quintão - Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 8ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 22/6/2005

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Leonardo Quintão, Sebastião Helvécio e Biel Rocha (substituindo este ao Deputado Edson Rezende, por indicação da Liderança do Bloco PT-PCdoB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Leonardo Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Biel Rocha, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo", em 16/6/2005: ofício do Sr. Pedro Antônio Jonsson, Diretor-Presidente da Companhia de Concessão Rodoviária de Juiz de Fora - Concer. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça; e com as Emendas nºs 2 a 9, apresentadas, do Projeto de Lei nº 2.176/2005 (relator: Deputado Leonardo Quintão). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.831, 4.915, 4.973, 4.882, 4.883, 4.891 a 4.899, 4.914 e 4.935/2005. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. A Presidência recebe requerimento do Deputado Edson Rezende em que solicita a realização de audiência pública no Município de Santos Dumont, com a finalidade de se discutir o projeto de desenvolvimento da bacia leiteira de Santos Dumont e microrregião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de junho de 2005.

Leonardo Quintão, Presidente - Edson Rezende - Padre João - Jésus Lima.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9 horas do dia 29/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 29/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir o Projeto de Lei nº 1.456/2004, do Deputado George Hilton.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 14 horas do dia 27/6/2005, destinada à realização do Ciclo de Debates "Transposição do Rio São Francisco".

Palácio da Inconfidência, 24 de junho de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 27/6/2005, destinada à comemoração dos 125 anos da imigração libanesa no Brasil.

Palácio da Inconfidência, 24 de junho de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Domingos Sávio, Jayro Lessa, Ermano Batista, José Henrique, Márcio Kangussu e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e os Deputados José Milton, André Quintão, Miguel Martini e Sávio Souza Cruz, membros da Comissão de Participação Popular, para a reunião a ser realizada em 29/6/2005, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debaterem, em audiência pública, os Projetos de Lei nºs 2.416 e 2.417/2005, do Governador do Estado, que se referem ao Programa Máquinas para o Desenvolvimento.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

Comunicações

- O Sr. Presidente despachou, em 23/6/2005, as seguintes comunicações:

Do Deputado Elmiro Nascimento, notificando o falecimento de Douglas Rodrigues Lucas, ocorrido em 25/5/2005, em Patrocínio. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Doutor Ronaldo, notificando o falecimento do Cap. BM João Lúcio do Carmo, ocorrido em 15/6/2005, em Sete Lagoas. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Elmiro Nascimento, notificando o falecimento de Hugo Borges Carneiro, ocorrido em 25/5/2005, em Patrocínio. (- Ciente. Oficie-se.)

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 23/6/2005, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adelmo Carneiro Leão

exonerando, a partir de 27/6/2005, Azilton Ferreira Viana do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

exonerando, a partir de 27/6/2005, Cristian Andrade Rocha do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Azilton Ferreira Viana para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas;

nomeando Renato José da Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas.

Gabinete da Deputada Vanessa Lucas

exonerando Maria Regina Chagas de Oliveira Mendes do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Donier Rodrigues Rocha para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando, a partir de 27/6/2005, Guilherme Westin Duarte de Azevedo do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Cristian Andrade Rocha para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos do inciso VI, artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, observadas as disposições contidas na Resolução nº 5.100, de 29/6/91, e no artigo 5º da Resolução nº 5.132, de 31/5/93, c/c o artigo 6º da Resolução nº 5.090, de 17/12/90, bem como na Lei nº 9.592, de 14/6/88, à vista do disposto, no § 2º do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98, recepcionado pelo artigo 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, a partir de 5/5/2005, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, Dulce de Mello Rosa, ocupante do cargo em comissão de recrutamento amplo de Supervisor de Gabinete II, do Grupo de Apoio à Representação Político-Parlamentar, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com proventos a serem taxados no cargo em comissão de recrutamento amplo de Supervisor de Gabinete II.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2005

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2005

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 7/7/2005, às 10 horas, pregão eletrônico, do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de 900 doses de vacina contra hepatite do tipo B.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da Assembléia Legislativa, na R. Rodrigues Caldas, 79 (Ed. Tiradentes), 14º andar, onde poderá ser obtido, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio ou informar o endereço eletrônico.

Belo Horizonte, 24 de junho de 2005.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Xerox Comércio e Indústria Ltda. Objeto: locação de duas publicadoras digitais 5136, uma delas com acessório para produção de livretos (SBM) e inserção de capas (CIM), ambas para impressão de trabalhos provenientes da rede Sprite, e manutenções preventiva e corretiva. Objeto do aditamento: manutenção do contrato, em 4ª prorrogação contratual, com atualização de equipamentos, inclusão de franquias e alteração de preço. Vigência: da data de sua assinatura até 15/2/2006. Dotação orçamentária: 33903900.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Generali do Brasil Companhia Nacional de Seguros. Objeto: seguro para imóveis, móveis, equipamentos, materiais de consumo, elevador, etc. de propriedade da Alemg e seguro coletivo de acidentes pessoais para estagiários. Objeto do aditamento: 4ª prorrogação, por 12 meses, da subcláusula 1.2 do contrato originário. Vigência: de 1º/7/2005 a 30/6/2006. Dotação orçamentária: 33903900.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Município de João Pinheiro. Objeto: doação de um microcomputador Compac-Prolínea e uma impressora Epson 570. Licitação: dispensada.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Município de Vazante. Objeto: doação de um microcomputador Compac-Prolínea e uma impressora Epson 570. Licitação: dispensada.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Município de Dom Bosco. Objeto: doação de um microcomputador Compac-Prolínea e uma impressora Epson 570. Licitação: dispensada.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Município de Lagoa Formosa. Objeto: doação de um microcomputador Compac-Prolínea e uma impressora Epson 570. Licitação: dispensada.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Município de Brasilândia de Minas. Objeto: doação de um microcomputador Compac-Prolínea e uma impressora Epson 570. Licitação: dispensada.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Município de Felixlândia. Objeto: doação de um microcomputador Compac-Prolínea. Licitação: dispensada.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Cessionário: Município de Florestal. Objeto: cessão gratuita de uma ambulância. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Grupo Odontológico Floresta Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: 60 meses a contar da data da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903900.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Clínica de Radiografia Odontológica Ltda. - Radiograf. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: a partir da assinatura até 18/5/2010. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903900.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Clínica de Saúde Odontológica Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: a partir da assinatura até 30/5/2010. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903900.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: COE - Centro de Ortodontia Especializado Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: a partir da assinatura até 8/5/2010. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903900.

ERRATA

Ata da 46ª Reunião Ordinária na 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 22/6/2005

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 24/6/2005, na pág. 44, col. 3, sob o título "REQUERIMENTOS", no Requerimento nº 5.003/2005, onde se lê:

"da Comissão de Participação Popular," leia-se:

"da Deputada Maria Tereza Lara,".